UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA
GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

EDUARDO DE FREITAS MUNIZ

OCUPAR E RESISTIR! ARQUEOLOGIA URBANA E RESISTÊNCIAS POPULARES: O CASO DO CAIS JOSÉ ESTELITA, RECIFE - PE.

RECIFE,
NOVEMBRO DE 2022

EDUARDO DE FREITAS MUNIZ

OCUPAR E RESISTIR! ARQUEOLOGIA URBANA E RESISTÊNCIAS POPULARES: O CASO DO CAIS JOSÉ ESTELITA, RECIFE - PE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, como pré-requisito à obtenção do título de Bacharel em Arqueologia.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Catarina Peregrino Torres Ramos
Co-Orientadora: Ma. Ravena Barbosa Machado de Souza

RECIFE,
NOVEMBRO DE 2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Muniz, Eduardo de Freitas.
Ocupar e Resistir! Arqueologia Urbana e Resistências Populares: O caso do Cais José Estelita, Recife- PE / Eduardo de Freitas Muniz. - Recife, 2022.
88 : il.

Orientador(a): Ana Catarina Peregrino Torres Ramos
Cooorientador(a): Ravena Barbosa Machado de Souza
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Arqueologia - Bacharelado, 2022.
Inclui referências, apêndices.

1. Arqueologia Urbana. 2. Movimentos Sociais . 3. Cais José Estelita. 4. Direito a Cidade . 5. Arqueologia Pública. I. Ramos, Ana Catarina Peregrino Torres. (Orientação). II. Souza , Ravena Barbosa Machado de . (Coorientação). IV. Título.

360 CDD (22.ed.)

EDUARDO DE FREITAS MUNIZ

OCUPAR E RESISTIR! ARQUEOLOGIA URBANA E RESISTÊNCIAS POPULARES: O CASO DO CAIS JOSÉ ESTELITA, RECIFE - PE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, como pré-requisito à obtenção do título de Bacharel em Arqueologia.

Aprovado em: ___/___/____

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros

_____
Ma. Ravena Barbosa Machado de Souza

_____
Profa. Dra. Ana Catarina Peregrino Torres Ramos

À Edvaldo Muniz de Souza
(in memoriam)

AGRADECIMENTOS

A Universidade Pública, que me mostrou que somente a educação pode transformar o mundo.

Ao Departamento de Arqueologia e ao corpo discente, pela formação dada e por tudo que aprendi nesses anos de formação.

A professora Ana Catarina Ramos, pela orientação e pelo acolhimento. Serei eternamente grato por acreditar no meu trabalho e me encorajar a seguir.

Ao Professor Ricardo Pinto de Medeiros, pelos conselhos e sugestões que contribuíram com a pesquisa.

A Professora Viviane Cavalcanti Castro, pela ajuda e confiança durante o período de estágio e por ser uma referência para mim.

Ao Laboratório de Educação Patrimonial, que me inspira pelo trabalho de construir uma arqueologia popular.

A Ravena Barbosa Machado de Souza, pelos anos compartilhando conhecimento, trocas e por ser um grande exemplo para mim. Sou extremamente grato pelas orientações, por acreditar na minha pesquisa e tirar meu sono refletindo sobre minha pesquisa, foi muito essencial.

A Júnior e Zan, pelos anos compartilhando segredos, alegrias e tristeza, sou extremamente grato por tê-los em minha vida. Em especial a Júnior por todos os fins de semanas me aguentar na sua casa.

A Ieda, Kekeu, Adrielly e Well, Alyne, Hiorrana e Tony, pelo companheirismo, pelas trocas e por acreditarem em mim.

A Douglas Oliveira, pelos anos de apoio e companheirismo.

A meus irmãos, sou extremamente grato pelo apoio.

A meu avô José Muniz e meu tio Edson Muniz, por sempre acreditarem em mim e contribuirem incansavelmente com minha formação.

A minha mãe, Maria Divaneide Santos de Freitas, que se dedicou incansavelmente para que nada me faltasse e que mesmo sem muitos recursos, eu tivesse uma boa educação.

A meu Pai, Edvaldo Muniz de Souza, que me ensinou a ser íntegro, honesto e respeitoso. Que mesmo sendo analfabeto, me mostrou que somente com dedicação e trabalho eu poderia mudar minha realidade. A força da sua memória me inspira a continuar todos os dias, a ti dedico esta e outras conquistas. Todo meu amor e gratidão.

"A cidade mostra a conjunção intrínseca entre a forma e o conjunto de sua história. Quando formas que guardam a memória da história da cidade desaparecem, é a cidade que desaparece"

*(*Jean Paul-Doole, Longe*)*

MUNIZ, Eduardo de Freitas. **OCUPAR E RESISTIR! ARQUEOLOGIA URBANA E RESISTÊNCIAS POPULARES: O CASO DO CAIS JOSÉ ESTELITA, RECIFE - PE**.2022.88 folhas Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

RESUMO

Ao longo dos anos, os estudos da arqueologia urbana têm possibilitado entender as diversas dinâmicas das cidades por meio do registro arqueológico. Com isto, por meio da teoria e métodos da arqueologia urbana em compasso aos debates sobre movimentos sociais e direito à cidade é possível compreender as múltiplas tensões políticas, sociais e econômicas da vida urbana, possibilitando assimilar essas questões, a relação da sociedade com o patrimônio arqueológico das cidades. O Cais José Estelita, construído por volta de 1858, está situado no Bairro de São José, área central e urbana da Cidade do Recife – PE. O local possui grande significância para a história da cidade, principalmente, por ser considerada a primeira ferrovia de caráter nacional construída no Brasil. Em 1999 o Cais foi completamente abandonado e vendido ao Consórcio Novo Recife em 2008, que apresentou o Projeto Novo Recife para a área. Como forma de resistência e crítica a derrubada do Cais José Estelita, surge em 2012 o Movimento Ocupe Estelita. O objetivo geral desta pesquisa é investigar como o argumento arqueológico foi utilizado pelo Movimento Ocupe Estelita para defender o patrimônio expresso no Cais. Os objetivos específicos são apontar a estratégia de comunicação do movimento e como a arqueologia está inserida; apontar o que é o movimento e como ele se organiza; entender o papel das mídias hegemônicas e as contra respostas no debate do Cais José Estelita e, entender a relação construída entre o movimento social, arqueologia e o patrimônio do Cais José Estelita. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a análise dos textos presentes no blog do Grupo Direitos Urbanos e dos documentos encontrados no Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Por meio dos resultados dessas análises, combinados com a revisão bibliográfica, foi possível perceber que apesar do debate sobre patrimônio estar inserido nas formulações do movimento desde o início, há pouca participação da arqueologia, bem como a disciplina cumpriu um papel burocrático e subordinado pelas vias institucionais. Com isso, ratifica-se que o conhecimento arqueológico é de grande importância para a defesa do patrimônio nas cidades, todavia faz-se necessário que a disciplina tenha cada vez mais responsabilidade política e social e, esteja inserida e aliada dos movimentos sociais.

Palavras-chave: Arqueologia Urbana; Movimentos Sociais; Direito à Cidade; Movimento Ocupe Estelita; Grupo Direitos Urbanos.

Muniz, Eduardo de Freitas. **Ocuppy and Resist! Urban archeology and popular resistance: The case of Cais José Estelita, Recife - PE**. 2022. 88 pages. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

ABSTRACT

Over the years, the studies of urban archeology have made it possible to understand the different dynamics of cities through the archaeological record. Middle of theory middle of theory and practical methods on the social movements of society, middle of architecture with the step and possible methods on social movements of urban and economic society with the urban archaeological heritage of cities. The José Estelita Pier, built around 1858, is located in the São José neighborhood, central and urban area of the City of Recife - PE. The site has great significance for the city's history, mainly because it is considered the first nationally built railway in Brazil. In 1999 the Pier was completely abandoned and sold to the Novo Recife Consortium in 2008, which presented the Novo Recife Project for the area. As a form of resistance and criticism of the demolition of the José Estelita Pier, the Ocupe Estelita Movement appears in 2012. The general research objective is to investigate how the explorer was used by the Estelita Movement to defend the heritage expressed in the Pier. Specific goals are directed at a movement communication strategy and how archeology is embedded; to point out what the movement is and how it is organized; understand the role of archeonic media and the counter-responses in the debate of the built Cais José Estelita and, understand the relationship between the social movement, theology and the heritage of Cais Estelita. The methodological procedures presented on the Grupo Urbanos blog and the documents found in the Electronic Information System – SEI. Through the aligned results, combined with the beginning of the debate, it was possible for everyone to consider the movement from the beginning to be inserted in the debates of the archeology movement, as well as an architecture based on the fulfillment of institutional pathways . With this, it was concluded that archaeological knowledge is of great importance for the defense of heritage in cities, however it is necessary that the discipline has more and more responsibility and social and, integrated and allied to social movements.

Key words: Archeology; Social Movements; Right to the city; Urbans Right Group; Occupy Estelita Movement.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDU	Conselho de Desenvolvimento Urbano
CENDHEC	Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social
CJE	Cais José Estelita
CNR	Consórcio Novo Recife
ConCidade	Conselho da Cidade do Recife
GDU	Grupo Direitos Urbanos
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JC	Jornal do Commercio
MPPE	Ministério Público de Pernambuco
PCR	Prefeitura da Cidade do Recife
PNR	Projeto Novo Recife
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Recife, 1644. 34
Figura 2: Pátio Ferroviário das Cinco Pontas. Litografia de F.H. Carls, 1878. 35
Figura 3: Mapa dos bairros do Município de Recife. 38
Figura 4: Mapa da divisão da Cidade do Recife em Regiões Político Administrativas 39
Figura 5: Mapa Hidrográfico da região costeira do Recife 40
Figura 6: Planta e maquete eletrônica da proposta inicial do Projeto Novo Recife. 44
Figura 7: Proposta de redesenho do Projeto Novo Recife. 44
Figura 8: Torres do Mirante do Cais e Parque do Cais. 45
Figura 9: Cartaz do primeiro #OcupeEstelita 55
Figura 10: Cartaz de para o #OcupeEstelita1 56
Figura 11: Mapa do Evento #OcupeEstelita1 56
Figura 12: Quantificação dos artefatos arqueológicos. 70

SUMÁRIO

1. **INTRODUÇÃO** 13

2. **REFERENCIAL TEÓRICO** 19

2.1. Arqueologia: uma ciência interdisciplinar e do seu tempo 19

2.2. A Cidade é Nossa: a Arqueologia Urbana e o Direito de Transformar a Cidade 20

2.3. Ocupar é resistir: a Arqueologia Pública e Movimento Social em defesa do patrimônio arqueológico 24

2.3.1. Identidade, memória e patrimônio 28

3. O CAIS JOSÉ ESTELITA: ENTRE O PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO 33

3.1. Antecedentes Históricos: A importância do Pátio Ferroviário e do Cais José Estelita 33

3.2. O pote de ouro no fim do arco-íris: As disputas territoriais na Bacia do Pina 37

3.3. O Consórcio Novo Recife, Projeto Novo Recife e suas resistências 42

3.3.1. Resistências Populares: O papel do Grupo Direitos Urbanos e do Movimento Ocupe Estelita 45

4. **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS** 47

4.1. Organizando-se em redes: o papel das mídias alternativas e da arqueologia na defesa do Cais José Estelita 47

5. **RESULTADOS E DISCUSSÕES** 51

5.1. Linha cronológica do Movimento Ocupe Estelita no blog do Grupo Direitos Urbanos Recife 51

5.2. O Movimento Ocupe Estelita e suas atividades 54

5.3. O discurso das mídias hegemônicas e contra respostas 58

5.4. O Movimento Ocupe Estelita, Patrimônio E Arqueologia 62

6. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** 72

REFERÊNCIAS 75

APÊNDICE 84

1. INTRODUÇÃO

Ao longo de sua trajetória, os seres humanos foram responsáveis por construir, reconstruir e destruir paisagens e cidades inteiras de acordo com suas vontades ou por questões extrínsecas. Neste sentido, a construção das cidades se assemelha a um mosaico que muda constantemente ao longo do espaço e do tempo (COSTA, 2014).

Compreender as dinâmicas das cidades e da vida urbana é essencial para entender o funcionamento de diversos fenômenos culturais. Sendo assim, estudar as cidades e a vida urbana – para as mais diversas ciências humanas e sociais – significa compreendê-las como um grande laboratório único e acelerado das mudanças sociais, políticas e econômicas. Logo, o estudo sistematizado das cidades pode ajudar a compreender as cidades como portadores e geradores de culturas.

A arqueologia, por meio da teoria e métodos da arqueologia urbana se apresenta como um importante instrumento de estudo da cidade, uma vez que possibilita através do registro arqueológico entender as dinâmicas da vida urbana. Para Anichini et al. (2001), a análise do potencial arqueológico de uma cidade tem sua gênese na identificação e seleção dos parâmetros que serão abordados nos estudos, neste caso em como se constrói a relação entre a sociedade organizada e o patrimônio arqueológico.

O estudo dos movimentos sociais atuantes nas cidades também atravessa a pesquisa, uma vez que possibilita entender as tensões que transpassam a vida urbana. Segundo Castells (1983), os movimentos sociais urbanos são um sistema de práticas que resultam da articulação de uma conjuntura do sistema de agentes urbanos e das práticas sociais, tendo em seu desenvolvimento a transformação estrutural do sistema urbano.

Sendo assim, é partindo dos conceitos teórico-metodológicos da arqueologia urbana e dos estudos dos movimentos sociais urbanos para entender as dinâmicas e tensões sociais que permeiam as cidades que este trabalho se constrói. Logo, o papel da arqueologia e dos movimentos sociais na defesa do patrimônio histórico-arqueológico se apresenta como um importante parâmetro a ser observado.

Alguns trabalhos sobre arqueologia urbana vêm sendo desenvolvidos, principalmente com o objetivo de estudar e salvaguardar o registro arqueológico encontrado nas cidades. Na Europa, os principais estudos surgem no pós Segunda Guerra Mundial (Lemos & Martins, 1992; Martins & Franco, 2010; Pardi, 2006). Na América do Norte, a arqueologia urbana tem sido estudada desde 1960 com o objetivo principal de salvaguardar registros arqueológicos (Dickens & Bowen, 1980; Staski, 1982). Nos países latinos da América Central e do Sul os primeiros trabalhos remontam aos anos de 1960 em pesquisas realizadas em Cuba, Guatemala e Argentina (Aparicio R., 1991; Domínguez & Funari, 2002; Zarankin, 2002).

No Brasil, os estudos se iniciam entre as décadas de 1980 e 1990 nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, muitas vezes de forma acidentam para resgatar vestígios arqueológicos encontrados em obras urbanas (Tocchetto & Thiesen, 2007; Symanski, 2003). Cabe mencionar também os trabalhos desenvolvidos por Marcos Albuquerque no Centro Histórico de Recife (ALBUQUERQUE, 2003).

Por consequente, apesar das diversas pesquisas sobre arqueologia urbana desenvolvidas no Brasil e no Mundo, trabalhos referentes à junção dos estudos em arqueologia e dos movimentos sociais não foram encontrados. Logo, fez-se necessário buscar estudos das mais diversas áreas das ciências sociais referentes ao tema de movimentos sociais e direito à cidade e, construir proposições juntamente aos conceitos da arqueologia urbana.

No caso da cidade do Recife, o surgimento de uma vida urbana inicia-se durante o processo de invasão e colonização europeia no século XV, com um ordenamento urbanístico e territorial de origem portuguesa. Com a chegada dos holandeses e do Conde Maurício de Nassau no século XVII se iniciou uma grande reforma urbanística na cidade do Recife, que deixou de ser apenas um porto, passando a ser o centro político do governo holandês no Brasil (ARRUDA, 2015).

Durante os mais de quatro séculos de sua existência, a cidade do Recife foi alvo de grandes transformações urbanísticas, tanto em virtude das suas condições geográficas específicas, quanto por questões de controle econômico, social e político. Para esta pesquisa, serão abordadas as transformações urbanísticas mais

contemporâneas da cidade do Recife, restringindo assim o recorte cronológico do trabalho.

Seguindo um fenômeno nacional de modernização das cidades, impulsionado pela crescente imobiliária no início dos anos 2000, Recife passa por mudanças significativas de infraestrutura. Com grandes obras e projetos espalhados pela cidade, o mercado imobiliário encontra na Cidade do Recife um espaço para colocar em prática um projeto de cidade nos moldes do capitalismo global.

Com grandes obras avançando pela cidade, e com aparente aceitação da população, o mercado de construtoras encontrou numa área central da cidade um terreno fértil para mais um processo de transformação da capital pernambucana. Essa área situa-se às margens do rio Capibaribe e ao lado do centro histórico, em um local onde havia uma série de galpões, integrantes do patrimônio da extinta Rede Ferroviária Federal, o chamado Cais José Estelita.

Vale salientar inicialmente que o Cais foi planejado para ser arrimo à rede ferroviária da Cidade do Recife, sendo construído em 1858 (SANTOS, 2017) e, tinha como principal função a de transportar e armazenar produtos oriundos do Porto da Cidade do Recife e das usinas açucareiras do interior de Pernambuco (OLIVEIRA, 2019). Usado para vários fins durante seu período produtivo, o Cais foi desativado em 1999 (NASCIMENTO; BERNARDES, 2012) e, logo após foi completamente abandonado. Em 2008, o lugar voltou ao enfoque, após o terreno ser vendido ao "Consórcio Novo Recife" que surgiu impulsionado pela crescente imobiliária na cidade e, tinha como objetivo construir grandes edifícios residenciais, empresariais, hotéis e outras grandes obras de impacto direto e indireto ao Cais.

Nesse processo de transformação, pautado na privatização do espaço público, onde uma série de fatores, como o direito ao uso de um patrimônio - que como tal é da sociedade e que deveria sempre ser de vivência coletiva - não foram levados em consideração. É em resposta a esse processo que se organiza em 2012 o movimento social que luta pelo direito à cidade, o Ocupe Estelita, formado por estudantes, professores, artistas, arquitetos, jornalistas, advogados, engenheiros, sociólogos, designers, dentre outros, que se uniram em defesa desse espaço.

O movimento é fruto dos debates sobre o direito à cidade do Grupo Direitos Urbanos Recife e buscava auto-organizar a sociedade para contra responder os projetos de urbanização do Consórcio Novo Recife em parceria com o poder público chamado de Projeto Novo Recife. Durante os anos de impasse, o movimento atuou ativamente ocupando o Cais, propondo debates, atividades culturais e lutando contra a efetivação do Projeto Novo Recife e, consequentemente, a derrubada do Cais.

Com isso, nota-se, que o avanço do modelo de urbanização capitalista destrói o patrimônio histórico-arqueológico das cidades, uma vez que impossibilita a sociedade de desfrutar de forma integral os espaços e, consequentemente, restringe o direito à memória. Em síntese, o direito à cidade se caracteriza como a não segregação das qualidades e benefícios que a cidade possa proporcionar em sua totalidade (LEFEBVRE, 1968).

Portanto, o patrimônio arqueológico presente nas cidades é um direito de toda população, uma vez que pertence à memória e construção das cidades. Logo a direito a cidade confunde-se ao direito ao patrimônio, pois é direito de toda sociedade, sem segregação, desfrutá-lo em sua integralidade. Apesar disso, o patrimônio expresso no Cais José Estelita vem sendo destruído para dar espaço a um novo modelo de cidade.

Sendo assim, a atuação dos movimentos sociais se configura como essencial no processo de organização popular em defesa do patrimônio histórico-arqueológico presente nas cidades. Aliado à luta organizada dos movimentos sociais, o conhecimento arqueológico pode munir esses movimentos de argumentos suficientes para impedir o avanço da destruição dos patrimônios nas cidades.

O caso do Cais José Estelita e do Movimento Ocupe Estelita podem exemplificar bem os pontos acima. À vista disso, hoje, 10 anos após o surgimento do movimento e com as obras de modificação do Cais José Estelita já avançadas, este trabalho busca entender como o processo de urbanização capitalista destrói a memória construída sobre o patrimônio histórico-arqueológico, bem como o Movimento Ocupe Estelita utilizou do conhecimento arqueológico para tentar impedir o avanço das obras de destruição do Cais José Estelita

Tendo em vista disso, a pesquisa tem como objetivo geral investigar como o argumento arqueológico é utilizado pelos movimentos sociais em defesa do direito à cidade, a partir da experiência do Cais José Estelita e do Movimento Ocupe Estelita. Para tal, os objetivos específicos do trabalho são: apontar a estratégia de comunicação do movimento e como a arqueologia está inserida; apontar o que é o Movimento Ocupe Estelita e como ele se organiza; entender o papel das mídias hegemônicas e as contra respostas no debate do Cais José Estelita e; entender a relação construída entre o movimento social, arqueologia e o patrimônio do Cais José Estelita.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram adotados os seguintes métodos: a priori, foi realizada uma revisão bibliográfica para fundamentar teoricamente o trabalho, assim como contextualizar o caso. Além disso, foram realizadas pesquisas nas plataformas de divulgação do movimento - O blog do Grupo Direito Urbanos - e no Sistema Eletrônico de Informações para alcançar os objetivos por meio do método de análise de conteúdo proposto por Bardin (1997).

Foi utilizado também no trabalho uma pesquisa bibliográfica referente ao tema com estudos já realizados; reportagens e notícias de canais de comunicação e documentários. Optou-se também por aprofundar o tema explorando o caráter multi e interdisciplinar da arqueologia, discutindo conceitos das ciências sociais, da arquitetura, da geografia e do urbanismo.

A opção em aprofundar o estudo por meio de conceitos de outras ciências se estabelece em explorar o caráter interdisciplinar da arqueologia. Para tanto, alguns debates abordados no desenvolvimento da pesquisa, a arqueologia, por meio do seu capital teórico não consegue responder algumas questões ou desenvolver um debate profundo referente ao tema. Sendo assim, construir liames teóricos entre a arqueologia e demais ciências do campo das humanidades e sociais tem um grau de importância elevado para a pesquisa.

O presente trabalho está estruturado em IV partes, a saber:

Na primeira parte, estão explicitadas as abordagens teóricas e conceitos utilizados na pesquisa. A segunda parte refere-se às transformações ocorridas no Cais José Estelita no decorrer do tempo, bem como o localiza geograficamente e aponta a

atuação do Grupo Direitos Urbanos e do Movimento Ocupe Estelita. A terceira, é a descrição do método empregada na construção da pesquisa. Na quarta, serão apresentados e debatidos os resultados da pesquisa. Por fim, as considerações finais do autor referente ao trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão abordados os conceitos e aportes teóricos utilizados como norteadores da pesquisa. Explorar-se-á a arqueologia urbana como condutora geral do trabalho aliando-a aos conceitos das ciências sociais, da geografia e do urbanismo valendo-se da interdisciplinaridade da arqueologia.

2.1. Arqueologia: uma ciência interdisciplinar e do seu tempo

Não existe, atualmente, disciplina acadêmica mais interdisciplinar que a arqueologia (ARAÚJO, 2018, p.300). Além das influências conduzidas e propiciadas pelas humanidades, em especial a antropologia, a arqueologia têm absorvido estudos de outras disciplinas para si.

Durante a década de 1960 com o surgimento da arqueologia processual, a disciplina passa a se valer de conceitos, formulações e métodos das ciências da terra, da matemática, da química, da estatística, da física e de outras ciências exatas, fato observado por alguns autores (LYMAN; O'BRIEN, 1998; RENFREW, 1983; SCHUMMM 1991; WATSON et al., 1984)

Dessa forma, a arqueologia se fortalece com a interdisciplinaridade, já que esta se torna essencial e imprescindível nos estudos em arqueologia, uma vez que:

> A definição mais básica de arqueologia, como sendo o estudo de artefatos operacionalizado por meio do conceito de cultura, já coloca dois campos acadêmicos distintos em contato: o mundo material, geralmente objeto de estudo das “hard sciences”, com o mundo das ideias, mais próximo das Humanidades (ARAÚJO, 2018, p.62).

Indubitavelmente, em todos os seus processos a arqueologia é uma ciência de forte dependência de outras áreas do conhecimento e por isso é chamada de ciência derivada, pois, necessariamente se utiliza de conceitos e formulações de outras disciplinas para construir o conhecimento científico (ARAUJO, 2018).

Entretanto, embora dependa de outras áreas do conhecimento para produzir suas próprias formulações, a arqueologia não se caracteriza como uma subdisciplina. Por mais dicotômico e contraditório que possa parecer, esse argumento, a arqueologia não é subdisciplina, mas se constrói a partir de várias linhas.

2.2. A Cidade é Nossa: a Arqueologia Urbana e o Direito de Transformar a Cidade

A partir do desenvolvimento da agricultura, a humanidade se desenvolveu e evoluiu baseando-se na fixação da terra e, consequentemente, na criação dos primeiros agrupamentos sedentários, no manuseio da agricultura e da pecuária. A busca de melhorias de vida e de organização social no âmbito político, social e econômico, conduziu a formação das primeiras cidades (SPÓSITO, 1988).

A ideia de cidade, apesar de não ser centro de grandes polêmicas, abarca um universo muito grande. Isto porque, pode incluir desde pequenas cidades e metrópoles com milhões de pessoas. Para Pereira (2001), o conceito de cidade não se transforma constantemente, pois não consegue acompanhar o quão mutável elas são. Sendo assim a cidade se apresenta como " um produto social que se insere no âmbito da relação do homem com o meio" (LENCIONI, 2008, p. 116).

Historicamente, é a partir da revolução industrial e do surgimento das cidades urbanas no século XIX, que vários autores tentam estabelecer definições sobre o conceito de cidade. Marx e Engels, em "Ideologia Alemã” (1984, p. 64) descrevem a cidade como "a realidade de concentração da população, de instrumentos de produção, dos prazeres e das necessidades". Segundo eles, essa visão é antagônica à realidade do campo.

Posteriormente, o sociólogo Ferdinand Tönnies (TÖNNIES, 1887 apud AMSAY E SCHOONBRODT, 1989, p. 441) aponta que a cidade é "a mais elevada e a mais complicada das formas de vida comuns em geral". Já o geógrafo F. Ratzel, a define como uma "reunião durável de homens e habitações humanas, cobrindo uma grande superfície e situada nos cruzamentos das grandes vias comerciais" (RATZEL apud CHABOT, 1958, p. 16). Max Weber (1958, p.18) considera a cidade "uma aglomeração cuja maior parte dos habitantes vive da indústria e do comércio, e não da agricultura".

O geógrafo David Harvey em seu livro "A justiça Social e a Cidade" (1973, p. 34) define a cidade como "um sistema dinâmico-complexo no qual a forma espacial e o processo social estão em contínua interação". Entretanto, na segunda parte deste

mesmo livro, o autor assume uma posição mais marxista e descreve a cidade como "o berço provável do modo de produção".

O geógrafo brasileiro Milton Santos (1993), coloca a cidade como fruto do que o capitalismo criou. Alinhado a este pensamento, o filósofo Henri Lefebvre (2006, p.101) afirma que a cidade "projeta no terreno uma sociedade inteira, uma totalidade social, suas superestruturas e as relações sociais que constituem sua estrutura propriamente dita" e define a cidade como "uma realidade presente".

Desta forma, correligionário ao conceito de cidade formulado por Lefebvre (1968) e aos seus moldes de desenvolvimento aliado ao capitalismo, surge o conceito formulado também por Henri Lefebvre no livro publicado em 1968 e intitulado de "O Direito à Cidade". Para ele, a luta de classe e seus interesses intervém nas transformações dos espaços e, consequentemente, das cidades. Sendo assim, a luta de classes, hoje mais que nunca, se lê no espaço (LEFEBVRE, 1968,) e, portanto, produz desigualdades.

Portanto, entendendo a cidade, enquanto local onde o capitalismo opera produzindo desigualdades, Lefebvre (1968) define em linhas gerais o Direito à Cidade como a não segregação das qualidades e benefícios que a cidade possa proporcionar em sua totalidade. O pensador também afirma que para se alcançar o direito pleno nas cidades é preciso modificar as estruturas de produção capitalista, que é responsável por produzir o espaço urbano, e, que também é reproduzido nele, segundo as determinações da lógica da reprodução ampliada do capital.

No que se refere a epistemologia da palavra, o urbano surge do latim urbanus (significando da cidade, citadino, polido, de bom tom), que é contrário do campo, ou seja, fazendo oposição ao modo de vida rural, indicando qualidade de comportamento controlado e designado os habitantes das cidades (CHOAY, 1988). Louis Wirth (1968) coloca que urbano ultrapassa o conceito da cidade, aplicando-se ao modo de vida e como a cidade funciona para além da vida no campo.

Henri Lefebvre (1968) descreve em o "Direito à Cidade" de 1968, o urbano como a realidade social composta a partir das relações, sendo construída por meio de uma morfologia estruturada. Já em 1970, em seu livro "Revolução Urbana" coloca o urbano como "um ponto de encontro, um lugar de reunião, a simultaneidade, porém

o urbano não constituiria um sistema, em razão da independência relativa entre as formas e conteúdo" (LEFEBVRE, 1970, p.112).

Sendo assim, a partir do entendimento da noção de cidade e urbano de Lefebvre nota-se que as consequentes transformações que acometem a cidade do Recife visam colocar em prática o projeto de desenvolvimento capitalista para manutenção das desigualdades e a privação e segregação do direito de viver a cidade em sua totalidade.

Ao buscar compreender a arqueologia inserida nas cidades, construiu-se através dos conceitos e métodos da arqueologia urbana um aporte para entender a relação da sociedade civil com a memória construída, por meio do bem arqueológico. Deste modo, o trabalho utilizou-se de uma abordagem específica.

Segundo Smith (2011) há três princípios essenciais que podem investigados pela arqueologia no processo de formação dos espaços urbanos, sendo eles: a disposição e forma da cidade, o planejamento e execução urbano e as dinâmicas sociais da vida urbana. Neste trabalho será dado enfoque ao último princípio.

Para alcançar os objetivos investigativos citados anteriormente, há alguns conceitos e procedimentos teórico-metodológicos principais descritos por Costa (2014), a saber: a relação da percepção e do comportamento ambiental, a semiótica ou comunicação arquitetônica, a sintaxe espacial, a morfologia urbana, a teoria da recepção, o planejamento gerativo, as normativas de urbanização e as análises de formação da cidade.

O primeiro conceito diz respeito à relação da percepção e do comportamento ambiental, onde se foca na relação entre as ações humanas e o ambiente construído. Esta linha investiga como os interesses humanos constroem e modificam paisagem urbanas, ou até mesmo como o meio ambiente interfere no comportamento humano e como as pessoas se ligam a determinados ambientes. (RAPOPORT, 1978; RAPOPORT, 2006; RIO & OLIVEIRA, 1999).

O segundo conceito denominado de "semiótica ou comunicação arquitetônica" estuda e observa a transmissão de mensagens por meio da cultura material e/ou

paisagens construídas. Busca-se por meio deste viés entender relações políticas, sociais e econômicas (BLANTON, 1994; RAPOPORT, 1990).

O terceiro, que se denomina "sintaxe espacial" e diz respeito a um conjunto de técnicas e métodos de análise sintática que procura entender por meio da teoria sócio-espacial a relação do movimento dos corpos entre as áreas construídas e a significância dos acessos para a interação social. Este método pode estudar construções isoladas ou analisar a cidade e sua configuração de forma mais ampla. Os princípios da morfologia urbana (HILLIER, 1996) e do comportamento social (HILLIER E HANSON, 1984) também são campo de estudo da sintaxe espacial.

A quarta categoria denomina-se "morfologia urbana", estuda e analisa os planejamentos urbanos e suas mudanças ao longo do tempo. Além de ter como conceito chave a noção de paisagem urbana, entende esta como sendo construída por elementos básicos de análise: o desenho da planta, os materiais construtivos e o uso dos espaços (CONZEN, 2001; REGO & MENEGUETTI, 2011).

A "teoria da recepção" - quinta categoria - propõem entender como as pessoas que circulam na cidade relacionam-se com o ambiente construído, sendo eles privados ou públicos. Configura-se como uma abordagem empírica, dando espaço a completa experiência humana (RICOEUR, 2004).

Na sexta categoria é descrita a teoria do "planejamento gerativo" demonstra “a importância das construções vernáculas frente às edificações oficiais é dada através de um foco nas casas e residências" (COSTA, 2011). Centraliza seus estudos na oposição entre espontaneidade e normatização; além da atenção a ocupações informais e favelas (Costa, 2012).

A sétima, denominada de "normativas de urbanização" diz respeito aos planejamentos e ações de melhorias nas cidades por propostas profissionais. Logo, são preceitos necessários para entender e modificar a cidade. Esta teoria tem o auxílio de documentação histórica (CHOAY, 1998).

Por último, tem-se as teorias de análise da formação das cidades e seu potencial arqueológico, relacionando-os a processos econômicos, políticos e sociais. O que se

estabelece como comum a todos estes enfoques é que partem quase que exclusivamente de dados arqueológicos, sendo interpretados de maneiras distintas.

Neste trabalho, utilizar-se-á da teoria e métodos da recepção para compreender a relação entre sociedade civil com o ambiente construído. Valendo-se do conceito de movimentos sociais e analisando a experiência de defesa do Cais José Estelita pelo movimento Ocupe Estelita.

2.3. Ocupar é resistir: a Arqueologia Pública e Movimento Social em defesa do patrimônio arqueológico

Nos últimos anos, a arqueologia tem se transformado e passado por grandes mudanças epistemológicas e, por consequência, em seus aspectos sociais (FUNARI, 2013). Os debates sobre a relação do patrimônio arqueológico com as pessoas têm se tornado cada vez mais indispensáveis na disciplina.

Apesar de ter sido incorporada e debatida com mais profundidade pela chamada arqueologia pós-processual, as primeiras bases teóricas da Arqueologia Pública surgem ainda na Nova Arqueologia, isto porque, ainda se buscava a profissionalização da disciplina, o reconhecimento acadêmico e o seu desenvolvimento teórico/metodológico (SILVA, 2011).

A arqueologia pública se apresenta como um importante viés teórico para compreender a relação de pertencimento, de identidade e de memória da sociedade com os bens arqueológicos que convivem. Desta maneira, Fernandes (2007) descreve a arqueologia pública como uma área de pesquisa, debate e aplicação da arqueologia, designada a dialogar com a sociedade sobre as questões públicas.

Por conseguinte, podemos citar que a arqueologia pública, busca inserir a disciplina no contexto social que pertence e propagar com responsabilidade social os trabalhos arqueológicos. A pesquisadora Carla Carneiro (2009) em seu doutorado, apresenta alguns questionamentos que conduzem a arqueologia pública, sendo os mais recorrentes: "a quem interessa o conhecimento arqueológico produzido?"; "como estes estudos dialogam com as questões sociais?"; "como este conhecimento está sendo divulgado?".

Cabe mencionar também que os principais trabalhos em arqueologia pública estão centrados na América Latina. Isto acontece devido a experiência colonialista vivida pelos povos originários e negros de apagamento histórico e epistemológico. Apesar disso, durante muito tempo e, ainda hoje, o conhecimento arqueológico ainda é bastante separado das realidades sociais, o que se reverbera em apagamento histórico e alienação popular.

Diversos arqueólogos que seguem a linha da arqueologia pública na América Latina tecem inúmeras críticas a falta de responsabilidade dos profissionais com a transformação política e social que pode ser proporcionada a partir da construção do passado pela arqueologia de forma majoritária. Como crítica a este processo, Benavides (2001) aponta que é necessário a arqueologia incorporar a sua prática as lutas do cotidiano e não permitir que a pesquisa contribua para o aumento das desigualdades e exploração do povo.

A arqueologia não deve olhar para o artefato apenas como um produto isolado da ação humana, estudado pela disciplina para formular e testar teorias sobre o comportamento humano e mudanças sociais. A arqueologia deve usar do seu potencial para politizar os debates sobre o passado. Logo os arqueólogos dessa abordagem “não veem a sociedade como uma simples soma de todas as partes, mas como resultado de uma interação completa” (SILVA, 2011, p.24).

O interesse no apagamento histórico, as desigualdades sociais e a falta de acesso à informação e educação por parte da população acendem o interesse da arqueologia pública em transformar a realidade social por meio da arqueologia. Sendo assim, apesar do foco da disciplina, inicialmente, estar na extroversão do conhecimento em comunidades onde há arqueólogos trabalhando, o debate precisa estar para além.

A arqueologia e os arqueólogos estão presentes no mundo globalizado onde os debates sociais e políticos tem avançado e modificado constantemente. Logo é necessário acompanhar e trazer esses debates à arqueologia. É necessário construir uma arqueologia que, para além de pública, seja colaborativa e que não só dialogue com as questões sociais, mas esteja inserida nela.

Consoante ao exposto, Trigger em seu livro “História do Pensamento Arqueológico” reflete sobre o papel da arqueologia e questiona se a disciplina deveria atuar junto

aos movimentos sociais, a fim de elucidar questões sociais importantes da história humana e alinhar a arqueologia à realidade popular. Bezerra de Almeida (2002) também reflete sobre este certame e aponta alguns questionamentos: “Para quem fazemos arqueologia?”; “Para que e a quem serve a arqueologia?”.

A partir desse momento, o conceito de movimento social se torna um ponto chave do trabalho, necessário para compreender a relação da sociedade organizada com a arqueologia. Definir conceitualmente movimento social é algo difícil dentro das ciências sociais por ser centro de grande controvérsias e significados ao longo do tempo. Inicialmente, pode-se mencionar que um dos primeiros estudos referentes ao tema foi realizado ainda no século XIX pelo sociólogo Loren Von Stein, que buscava entender as articulações proletárias francesas e o socialismo na Europa (SCHERER-WARREN, 1987).

Consoante a isto, a conceituação geral sobre movimentos sociais, pode variar de acordo com as abordagens teórico-metodológicas de cada autor. Para Scherer-Warren (2006, p.3) essa dificuldade em estabelecer uma definição geral acontece, uma vez que:

> a realidade dos movimentos sociais é bastante dinâmica e nem sempre as teorizações têm acompanhado esse dinamismo. Com a globalização e a informatização da sociedade, os movimentos sociais em muitos países, inclusive no Brasil [...], tendem a se diversificar e se complexificar. Por isso, muitas explicações paradigmáticas ou hegemônicas nos estudos da segunda metade do século XX necessitam de revisões ou atualizações ante a emergência de novos sujeitos sociais ou cenários políticos

Cabe mencionar a importância de Marx e Gramsci para as formulações dos primeiros conceitos de movimentos sociais. Tendo Marx, refletido sobre “uma práxis teórica a serviço da práxis política transformadora do social” (MARX 1991, p.136). Já Gramsci (1988) aponta para a construção de um projeto transformador, que seja pautado na articulação e construção de uma nova cultura por meio de uma práxis de transformação ético-cultural, intitulada por ele de "filosofia da práxis" pautando sempre a relação dialética entre intelectuais (dirigentes políticos) e base (o povo).

Sendo assim, é importante diferenciar os movimentos sociais de ações coletivas. Caria (1999) coloca que as ações coletivas de protesto assumem muitas vezes um

viés corporativista, localizado e efêmero, sem muitas consequências na alteração da ordem social e das relações estruturantes. Já os movimentos sociais, assumem um grau de organicidade e articulação mais amplo.

Calderón e Jelin (1987) apontam que os movimentos sociais possuem em sua esfera uma estrutura participativa, por consequência do seu grau de organicidade e participação nas lutas. Ademais, os movimentos sociais possuem uma temporalidade própria bem estruturada e definida frente aos processos e relações sociais, construindo-se de forma multilateral e heterogênea. Ainda para as autoras, os movimentos sociais exercem efeitos e impactos na estrutura social, podendo modificar a forma com que a sociedade se comporta e incidindo sobre as instituições governamentais.

Touraine (2002) aponta que os movimentos sociais combinam conflito social com um projeto cultural, sendo assim defendem a subversão dos valores morais e culturais que questionam, baseando-se no que ele intitula de conflito com um adversário social. Ainda para o sociólogo Francês, o motor dos movimentos sociais está no conflito entre classe e vontades políticas, algo já citado por Marx (1991) anteriormente. Sendo assim, a articulação em movimentos são respostas às desigualdades sociais.

Martins (2003) descreve o conceito de movimento social enquanto um processo que possui dinâmica social específica, construída por vários atores sociais - indivíduos, grupos e organizações - que buscam autodeterminação. Já Melucci (1999) considera os movimentos sociais enquanto reflexo das ações do sistema, ou seja, os movimentos sociais são construções sociais do tempo que estão inseridos.

Maria da Glória Gohn (2011, p.45), no livro "Movimentos e lutas sociais no Brasil", descreve que:

> (…) os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta

> identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Dessa maneira, em linhas gerais, pode-se inferir que o termo movimento social verbaliza sem si a noção de organização coletiva da sociedade civil, formada por ações coletivas onde os indivíduos têm por objetivos alcançar mudanças sociais em uma espera da sociedade.

2.3.1. Identidade, memória e patrimônio

A identidade cultural de uma sociedade se constrói por meio de diversos elementos da esfera social, política e econômica. Pode ser formada a partir de sua relação com o meio geográfico, a partir de vivências pessoais e coletivas, e ensinamentos transmitidos de gerações em gerações. Sendo assim, como descreve Pollak (1992), o conceito de identidade é paralelo ao de memória, pois não há construção de identidades sem que haja memória.

Ainda para Pollak (1992) a memória é seletiva, ou seja, nem tudo que vivenciamos fica gravado em nossa mente. Cabe mencionar também, que a memória é um fenômeno socialmente construído. Sendo assim a memória deve ser tratada como uma questão coletiva. Halbwachs (2006) questiona em que medida as memórias individuais são realmente individuais. Para ele:

> a memória individual não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem foram de si, determinados pela sociedade. (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Nesta perspectiva, toda memória é, de certa forma, coletiva, na medida em que precisamos também das lembranças de outros para garantir a veracidade das nossas (CAINO, 2010). Apesar de existir críticas a ideia de tratar memórias como fruto da coletividade, se utilizará dessa premissa no trabalho, pois dialoga com a noção de coletividade que o conceito de movimento social.

O antropólogo Joël Candau, em seu livro Memoria e Identidad (2001) descreve três níveis de memória, sendo elas: a protomemória; a memória propriamente dita; e, a

metamemória[1]. Sendo assim, é a partir da metamemória que a noção de memória coletiva de Halbwachs se desenvolve e estabelece as identidades sociais e culturais.

No que tange ao patrimônio, Candau (2011) afirma seu papel como construtivo da metamemória, isto porque, contribui para a sensação de pertencimento de forma coletiva pela sociedade. Ainda para ele, os bens patrimoniais funcionam como "sociotransmissores", uma vez que desempenham a função de transmitir à sociedade memórias.

Para Lowenthal (1998 p.83), “Relembrar o passado é crucial para o nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos”. Consoante a isto, Calandro (2015) afirma que a identidade é formada e transformada através da sua relação com a memória no espaço e no tempo. Dessa maneira, a arqueologia tem um papal importante no resgate da memória coletiva e na construção de identidades dos povos.

Partindo da epistemologia da palavra patrimônio, que tem origem do latim patrimonium, que significa herança familiar ou do pater (pai), Funari e Funari (2007) conceitualizam patrimônio a partir da noção de herança, ou seja, algo que fora herdado do passado por meio da relação criada, seja com a cultura material e/ou imaterial. Logo, para que um bem seja considerado patrimônio, se faz necessário estar presente na memória e identidade das pessoas:

> interessa para a comunidade o uso que o patrimônio possui para preservar a memória coletiva e a identidade coletiva local, não considerando os proveitos diretamente financeiros que se possa auferir da utilização dos bens e da fruição das manifestações culturais por pessoas estranhas ao território. (OLIVEIRA, 2020, p 64).

O valor incumbido ao patrimônio não pertence a uma ordem financeira e monetária, mas da apropriação real da comunidade acerca do bem, possibilitando assim, a necessidade de preservar, compartilhar e transmiti-los para essa e futuras gerações.

O patrimônio se estabelece por meio da construção da memória e identidade dos povos e se consiste em múltiplas manifestações culturais tangíveis, intangíveis e

[1] a protomemória relacionada aos automatismos do agir, a memória propriamente dita, vinculada à recordação e ao reconhecimento e a metamemória que compõem as representações que o indivíduo faz do que viveu (CANDAU, 2011).

naturais, envolvendo saberes e práticas sociais, a que se atribui valores e se transmite pelas gerações (CHAGAS, 2002, p.32). Consoante a isto, o patrimônio é um importante elemento de afirmação de identidades que promove a coesão social, sendo um recurso decisivo para o desenvolvimento das cidades (MONTARDY, 2019, p. 12).

Entre as diversas classificações existentes para o conceito, há duas grandes categorias levantadas pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em sua 17ª Conferência Geral realizada na cidade de Paris – França, a saber:

> "**Patrimônio cultural**": Os monumentos. – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972, p. 2)
>
> "**Patrimônio natural**": Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural. (UNESCO, 1972, p. 2).

Ainda nessa conferência, a UNESCO alerta para a destruição do patrimônio. Segundo ela, o ritmo acelerado e as constantes modificações da sociedade, influenciada pelo intenso processo de globalização e avanço da tecnologia e comunicação, vem modificando a relação de pertencimento e identidade da sociedade com patrimônio construído. Neste contexto, torna-se cada vez mais difícil difundir entre as novas gerações o apreço à proteção do patrimônio.

No que tange ao patrimônio arqueológico, estes fazem parte da categoria de patrimônio cultural, que compreendem os vestígios da cultura material produzidos no passado, os locais onde foram realizadas atividades humanas e estruturas e vestígios abandonados, podendo ser encontrados em superfície, enterrados ou embaixo d'água (VIENNI, 2010).

A noção de patrimônio arqueológico também é debatida e conceitua pela "Carta de Lausanne" de 1990 que define patrimônio arqueológico como:

> A porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas não importando quais sejam elas, estruturais e vestígios abandonados de todo o tipo na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados (SOARES, 2007, p. 512).

No que se refere a sítios arqueológicos de caráter urbano – que a pesquisa dará foco – o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), define por meio do Congresso Internacional de Sítios Urbanos, que sítios arqueológicos em contexto urbano são:

> Espaços geográficos delimitados pela presença de vestígios materiais oriundos do processo de ocupação do território pós-contato, tais como:
>
> Todas as estruturas, ruínas e edificações construídas com o objetivo de defesa ou ocupação [...];
>
> Vestígios das infraestruturas [...];
>
> Lugares e locais onde possam ser identificadas remanescentes de batalhas históricas e quaisquer outras dimensões que envolvam combates;
>
> Antigos cemitérios, quintais, jardins, pátios e heras;
>
> Estruturas remanescentes de antigas fazendas, quilombos, senzalas e engenhos de cana e farinha;
>
> Vestígios, estruturas e outros bens materiais que possam contribuir na compreensão da memória nacional pós-contato (BASTOS, 2006).

Dessa maneira, se faz necessário entender o papel de importância do patrimônio arqueológico – seja ele pré-histórico ou histórico – na construção de identidade e

memória na sociedade. É por meio da análise da cultura material do passado que podemos muitas vezes entender hábitos que formam nossa cultura até hoje.

3. O CAIS JOSÉ ESTELITA: ENTRE O PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO

Neste capítulo serão abordados os principais acontecimentos que marcaram a trajetória do Cais José Estelita (CJE) ao longo dos anos. Foram apresentados os eventos históricos que marcam o surgimento do Cais e as diversas modificações que transformam o espaço. Além de apresentar e caracterizar o Projeto Novo Recife e Consórcio Novo Recife e as resistências populares em defesa do espaço pelo Grupo Direitos Urbanos Recife e o Movimento Ocupe Estelita.

3.1. Antecedentes Históricos: A importância do Pátio Ferroviário e do Cais José Estelita

A área histórica da cidade do Recife (Figura 01) foi construída sobre uma planície encharcada, formada por manguezais, ilhas, alagamentos e penínsulas que se desenvolvem linearmente e em uma escala homogênea, tendo a margem aquática como um dos seus principais limites. Durante toda a sua história, a cidade do Recife manteve uma relação de formação baseado no diálogo com as águas - seja no mar ou no rio - isto pode ser observado pela grande quantidade de pontes na cidade.

A formação e desenvolvimento urbano da cidade do Recife foram marcadas por construções iniciadas pelos portugueses e incrementada pelos holandeses no seu período de dominação entre os anos de 1630 a 1654. Sendo assim, a formação da área que está inserido o Cais José Estelita, remonta o período da colonização holandesa. Tendo em seu entorno diversas outras construções e espaços históricos, como o Forte das Cinco Pontas, a Igreja de São José e, mais a frente, o bairro do Recife.

A área do Cais José Estelita é um aterramento contíguo à área de aterro dos Afogados, ligação do bairro do Cabanga ao de São José, banhado pela Bacia do Pina. Esta área, durante o período holandês, se caracterizou como um importante espaço para o desenvolvimento da cidade, possibilitando que posteriormente fosse efetivado o primeiro traçado de linha férrea de Recife ao São Francisco, evitando custosas obras que seriam necessárias para cruzar os rios Beberibe, Capibaribe e Pina (SANTOS; LAGE, 2021).

Figura 1: Mapa do Recife, 1644.

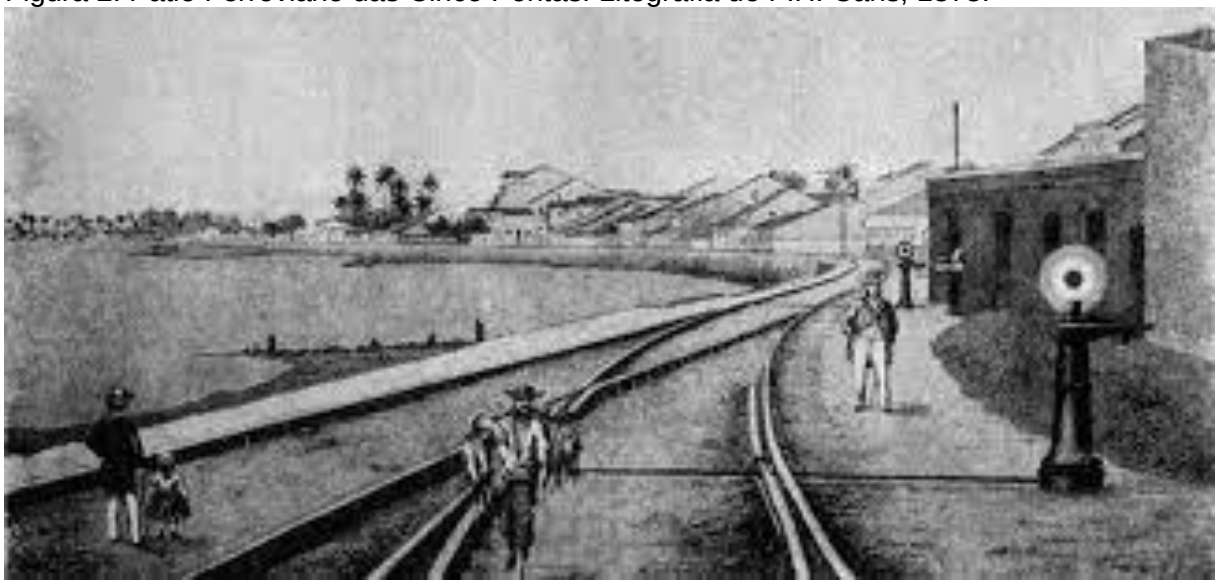
Fonte: Wikimedia Commons

Verifica-se que desde 1739 há um processo de aterramento realizado na área, que se expande nos séculos seguintes para construção de grandes equipamentos urbanos, como a antiga Casa de Detenção, construída praticamente dentro das águas do Rio Capibaribe (MENEZES apud SANTOS, 2007). Na primeira metade do século XX, os bairros de Santo Antônio e São José já estavam bastante consolidados. O Cais José Estelita surge neste período de grandes transformações urbanísticas nos bairros históricos da cidade por volta de 1858.

Após quase um século, na década de 1950 a área já estava bastante desenvolvida e a artéria existente já tinha recebido a denominação de Avenida Engenheiro José Estelita, profissional falecido em 1951. Pelo Decreto Municipal nº 4.053, datado de 28 de novembro 1958, o então Prefeito da Cidade, Miguel Arraes de Alencar, autoriza várias desapropriações por utilidade pública para a construção da Avenida Sul.

Paralelo a isto, o Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, que está inserido no mesmo espaço, se desenvolveu concomitante a formação do Cais, sendo inaugurado em 1858 e descrito como a primeira estrada de ferro do Nordeste e a segunda do Brasil (Figura 02). O local foi o ponto de partida da E. F. Recife ao São Francisco, tendo um trecho de 31,5km de extensão, que ligava o pátio ferroviário ao Cabo de Santo Agostinho. A ferrovia foi construída com capital inglês pela companhia “Recife and São Francisco Railway Company”, sediada em Londres.

Figura 2: Pátio Ferroviário das Cinco Pontas. Litografia de F.H. Carls, 1878.



Fonte: F.H. Carls. Exporta no Museu da cidade do Recife, 1878.

A Estrada de Ferro era administrada pela empresa inglesa Great Western of Brasil Railway Co., que obteve a concessão a partir do pátio ferroviário das cinco pontas e seguindo a margem esquerda do segundo braço do Rio Capibaribe, atravessando nas proximidades do bairro de Afogados. Os produtos transportados pelos trens, eram em sua maioria açúcar e cereais (milho, feijão, arroz e farinha de mandioca), além do transporte de passageiros (CUNHA, 1909).

Durante o período da segunda mundial (1939-1945), a Great Western of Brazil Railway Company - empresa responsável por administrar as ferrovias brasileiras - passou por um processo de crise devido à dificuldade de exportação dos produtos e equipamentos. No livro Da Great Western ao metrô do Recife, Côrtez (2004, p.45-46) dispõe sobre a Great Western of Brazil Railway Company:

> [...]sofreu consequências desastrosas: os equipamentos e peças de reposição não puderam ser importados, assim como a exportação de produtos também foi interrompida em decorrência de afundamentos de navios na costa

> brasileira e consequente interrupção do tráfego de embarcações.

Com dificuldades de prosseguir com as atividades de administração da ferrovia, a empresa inglesa devolve ao governo a concessão das estradas de ferro do Brasil. Sendo assim, em 1950 o governo cria a uma Rede Ferroviária do Nordeste - RFN, que seria a empresa pública responsável por administrar as ferrovias do Nordeste brasileiro e, consequentemente, o pátio ferroviário das Cincos Pontas.

No fim da década de 1950, o então presidente Juscelino Kubitschek determina que toda a rede ferroviária do país seja administrada por uma única empresa, que unificaria todas as regiões com objetivo de administrar, explorar, conservar, reequipar, ampliar e melhorar o tráfego das estradas de ferro. Para isto, foi criada a Lei n.º 3.115 de 16 de março de 1957 a Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA.

A partir dos anos de 1950 e ao longo das décadas seguintes, instalou-se o ciclo rodoviário com o consequente declino do transporte ferroviário,

> A fase de declínio ferroviário coincidiu como período áureo das construções rodoviárias [...] a ferrovia, pela morosidade da implantação da malha prevista e, pelo obsoletismo de seu material rodante e de tração (apesar das tentativas de modernização da parte do governo, pela dificuldade de fazer funcionar a RFFSA integralmente, não teve a menor condição de impedir que as rodovias assumissem quase que integralmente a condução da política de transportes terrestres no país (CÔRTEZ, 2004, p.47).

Em dezembro de 1999, o Governo Federal, presidido por Fernando Henrique Cardoso, com Resolução n.º 12, de 11 de novembro de 1999 do Conselho Nacional de Desestatização, e por intermédio do Decreto n. 3.277, dissolve, líquida e extingue a Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA. A partir disso, o espaço do Cais José Estelita entra em estado de abandono.

Consequente a isto, em 2008, após o processo de abandono do local, a área do Cais José Estelita volta ao enfoque público após ser leiloada pela Caixa Econômica Federal. A área não operacional do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas foi arrematada pelo montante de R$55,5 milhões pelo Consórcio Novo Recife, em um leilão altamente questionado pela sociedade civil, intelectuais, partidos políticos e movimentos sociais que atuam no contexto urbano.

Durante os anos seguintes a área do Cais José Estelita foi palco para um embate entre a sociedade civil – organizada pelo Movimento Ocupe Estelita – e poder público juntamente ao Consórcio Novo Recife - responsável pela compra da área. Hoje, parte da área total do Cais foi demolida para dar espaço a grandes torres residenciais e empresariais e, a outra parte encontra-se em estado de abandono.

3.2. O pote de ouro no fim do arco-íris: As disputas territoriais na Bacia do Pina

Segundo dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - (CENSO, 2010) o Município de Recife (Figura 03), possui uma área total de 218,435m ² e mais de um milhão e meio de habitantes. Sendo o Recife a capital e maior cidade do estado de Pernambuco, além de ser detentora do maior Produto Interno Bruto (PIB) correspondendo a 32,7% do índice estadual.

A área total do município de Recife é zoneada em Unidades Territoriais Básicas, conforme é disposto no art. 215 da Lei Municipal nº 17.511/2008 (RECIFE, 2008, p.73), instrumento legal responsável pelo plano diretor da cidade do Recife no período de disputa do Cais José Estelita:

> "Art. 1º Em atendimento ao disposto no art. 182, § 1º, da Constituição Federal, ao art. 104 da Lei Orgânica do Município do Recife e às disposições constantes da Lei Federal nº 10.257 - Estatuto da Cidade, de 10 de julho de 2001, a política de gestão urbana do Município do Recife será regulada de acordo com este Plano Diretor. Art. 215 O Sistema de Informação Municipal Urbano e Ambiental contará, para o desenvolvimento de suas atividades, com as seguintes informações e bases de dados: I - Unidades Territoriais Básicas: a) Regiões Político-administrativas - RPA; b) Microrregiões; c) Bairros; d) Unidades de Desenvolvimento Humano; e) Zonas decorrentes da Lei de Uso e Ocupação do Solo e do Plano Diretor da Cidade do Recife; e, f) Áreas de interesse social do Município".

Figura 3: Mapa dos bairros do Município de Recife.

Fonte: Atlas de desenvolvimento urbano de Recife, 2005.

Quanto às subdivisões das unidades territoriais básicas, vale atentar às Regiões Político-administrativas - RPAs. No município do Recife, há seis: RPA1, RPA2, RPA3, RPA4, RPA5 e RPA6 conforme determina o plano diretor de 2008. As RPAs

são formuladas de acordo com as proximidades geográficas, formada por bairros, para efeito de formulação, execução e avaliação das políticas de planejamento governamentais.

Sendo assim, a RPA1 (Figura 04) abrange os bairros do Recife, Santo Amaro, Boa Vista, Cabanga, Ilha do Leite, Paissandu, Santo Antônio, São José, Coelhos, Soledade e Ilha do Leite. Dos bairros que compõem a RPA1, três correlacionam-se diretamente com o Cais José Estelita e as disputas que o envolvem, sendo eles: Cabanga, São José e Recife.

Figura 4: Mapa da divisão da Cidade do Recife em Regiões Político Administrativas

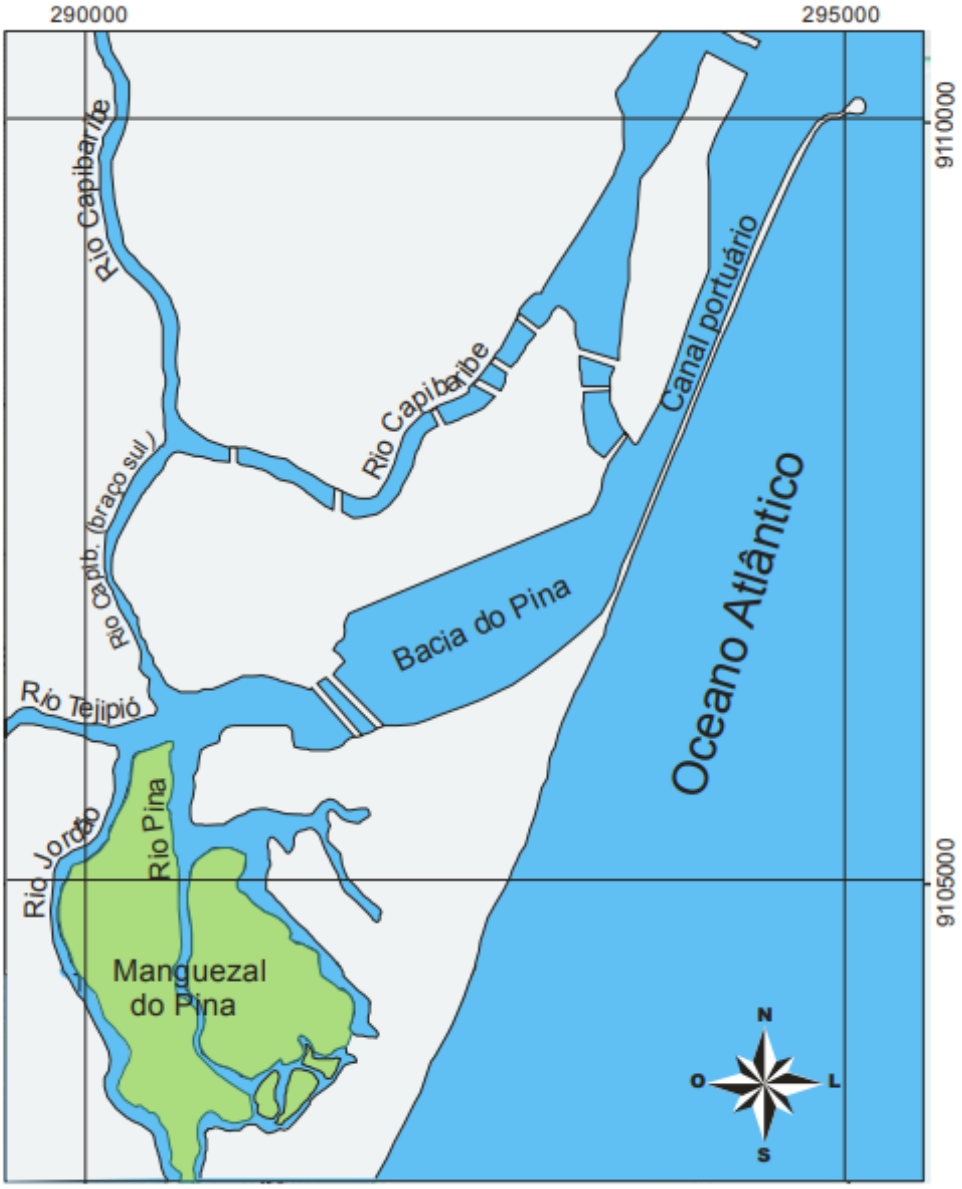
Fonte: Prefeitura do Recife, 2017.

A Bacia do Pina, componente importante para as disputas territoriais envolvendo o CJE, situa-se no centro dos bairros do Recife, São José e Cabanga. Assim, envolve toda a zona portuária do bairro do Recife, como também o Cais José Estelita. Sendo

assim, Barbosa (2014) aponta para a importância da Bacia do Pina no direcionamento do planejamento urbanístico da cidade, transformando essa região em ponto de investimento para o capital imobiliário.

Podem-se afirmar também, que a Bacia do Pina (Figura 05) é formada pela confluência e decantação dos principais rios da Região Metropolitana do Recife, sendo eles: o Rio Capibaribe, Rio Tejipió/Jiquiá, Rio Jordão e Rio Pina (MARCONDES, 2009).

Figura 5: Mapa Hidrográfico da região costeira do Recife.



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife

O ambiente desempenha função importante na formação econômica, social e ambiental da cidade do Recife. Em sua área de abrangência, além do Cais José Estelita, estão inseridos o porto do Recife, o Cabanga Iate Clube e o Shopping Rio Mar. Desta maneira, essa região é extremamente alterada pela ação antrópica.

Neste sentido, ainda para Barbosa (2014, p.69) é preciso entender e analisar as disputas territoriais envolvendo o Cais José Estelita e o Consórcio Novo Recife, “não apenas como um projeto isolado de reconfiguração territorial, mas sim como um evento interligado a uma dinâmica recente e atual de expansão de grandes projetos nos espaços centrais da cidade". O autor aponta para um processo em curso de “antecipações cognitivas” – projetos, idealizações, planos de ação, leis – e “antecipações espaciais” – projetos viários, megaempreendimentos comerciais e residenciais, renovações nos espaços portuários – que tem como objetivo a supervalorização e espetacularização da paisagem pelo mercado imobiliário.

Diante disso, vale mencionar as diversas disputas territoriais envolvendo a área da Bacia do Pina como fundamental para o avanço do Projeto Novo Recife pelo Consórcio Novo Recife. Barbosa (2014) cita alguns processos de "antecipações cognitivas e espaciais" que pavimentaram espaço para efetivação do projeto que serão discutidos a seguir.

A priori, para o autor, a extinção da Estação Rádio Pina foi o primeiro grande evento de modificação da área e propiciou um processo de transformação do padrão construtivo da área. A posteriori, o autor cita o Projeto Capital de 1999, que tinha como objetivo alinhar a cidade do Recife aos interesses do capitalismo global e transformar as condições estruturais da cidade.

Consequentemente, pode-se mencionar o Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda, que teve como objetivo principal construir um projeto para frente marítima que articulam as cidades de Recife e Olinda, possibilitando um conjunto de “intervenções e instrumentos para promover a integração do planejamento e da gestão territorial com a gestão das atividades turístico-culturais do centro da Região Metropolitana do Recife” (Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda, 2003 apud BARBOSA, 2014, p. 101).

A construção da Torres Gêmeas também se configura como uma importante obra de impacto para a Bacia do Pina, sendo construída em 2003, a obra foi centro de grandes polêmicas envolvendo corrupção e construção de dois grandes edifícios em área imprópria pela relevância histórica para a cidade. Cabe citar também o Projeto Urbanístico Recife/Olinda de 2016 e a construção do Complexo RioMar de 2012 e a Via Mangue, sendo apenas os dois últimos efetivados.

Por fim, a obra do Cais José Estelita se apresenta como uma parte do processo de transformações urbanísticas que acometeram a Bacia do Pina pela especulação imobiliária na cidade do Recife. Desta maneira o Projeto Novo Recife se apresenta como uma etapa de reconfiguração da paisagem e das disputas territoriais envolvendo a Bacia do Pina.

3.3. O Consórcio Novo Recife, Projeto Novo Recife e suas resistências

Conforme citado anteriormente, alguns empreendimentos foram projetados e implementados na cidade do Recife e na Bacia do Pina no final do século XX e início do XXI, pavimentaram espaço para especulação imobiliária na cidade e, consequentemente contribuíram para o surgimento do Projeto Novo Recife - PNR pelo Consórcio Novo Recife – CNR, iniciado ainda na primeira década deste século.

Neste cenário, de efervescência da especulação imobiliária na cidade do Recife, emerge o Projeto Novo Recife, "como uma articulação de atores hegemônicos que objetivam implantar uma reestruturação urbana no Centro do Recife" (AZEVEDO, 2017, p.33). Sendo assim, a autora citada anteriormente por meio de citação direra considera como grupo hegemônico o corpo formado pelo setor público, empresas do mercado imobiliário e as grandes mídias do estado de Pernambuco.

O PRN surge como proposta da iniciativa privada, com o objetivo de promover uma requalificação urbana para o Centro do Recife na área então abandonada do CJE. O projeto foi apresentado pelo CNR, que é formado por um conjunto de construtoras (Ara Empreendimentos, GL Empreendimentos, Moura Dubeux Engenharia e Queiroz Galvão) com o apoio da Prefeitura do Município e do Governo do Estado.

O centro das polêmicas envolvendo o CJE aconteceu em outubro de 2008, quando o terreno quando o terreno com cerca de 10,1 hectares foi arrematado pelo valor de

55,4 milhões (aproximadamente 500 reais o metro²) pelo Consórcio Novo Recife – único participante. Vale mencionar que o leilão sofreu inúmeras críticas devido à falta de transparência. Ainda neste ano, o CNR apresentou sua proposta para área

CNR apresenta uma proposta para área, uma vez que o Plano Diretor da cidade do Recife seria consultado e a legislação indicava a construção de um parque para a área sob o respaldo do Plano Diretor da cidade do Recife:

> Ao dar entrada a um projeto enquanto ainda estava em vigência o plano de 1991 – que permitia a ocupação da área tal qual as construtoras planejavam – o consórcio garantiu que qualquer versão do Projeto Novo Recife fosse analisada a partir do plano diretor vigente no dia em que se apresentou a proposta à prefeitura. Assim, ao apagar das luzes do ano de 2008, o projeto é apresentado e perde-se a validade da nova legislação na regulação do território (KIRZNER,2021, p.92).

Após alguns anos de debates e impasses, em março de 2012 o CNR apresenta em audiência pública o projeto imobiliário para área com a presença de representantes das construtoras responsáveis pelo projeto, Iphan, UFPE, MPPE, FUNDARPE, Prefeitura do Recife e sociedade civil.

Inicialmente, o projeto pretendia construir 12 torres de 40 andares, sendo oito residenciais, duas para hotéis e outras duas para empresariais, divididas em cinco grandes quadras (Figura 06). Além disso, o projeto previa a construção de um grande estacionamento com cerca de cinco mil vagas. Cabe mencionar também que o metro² de área no projeto passou a ser vendido entre cerca de R $5,5 mil a R $7,5 mil.

Após diversas críticas e resistência da sociedade civil, o projeto inicial teve que ser remodelado a partir das novas diretrizes urbanísticas a serem consideradas pelo CNR para redesenho do PNR. Tais diretrizes foram elaboradas por meio de intensos debates de diversas entidades, e com contribuições coletivas e de indivíduos da sociedade civil. Uma das principais questões dizia respeito a manutenção de elementos do patrimônio ferroviário, como as antigas residências de funcionários.

Figura 6: Planta e maquete eletrônica da proposta inicial do Projeto Novo Recife.

Fonte: Informe Publicitário “Presente e Futuro no Cais José Estelita”, 2012.

A nova proposta do Consórcio Novo Recife (Figura 07) apontava para a construção de 13 torres de uso misto, de 12 a 38 andares, além da demolição do Viaduto do Forte das Cinco Pontas, que possibilitaria a amplificação do Parque das Cinco Pontas, além da construção de um café, livraria e centro de artesanato nas três antigas residências de funcionários no terreno. Sendo assim, segundo o projeto, 35% da área seria privada e 65% pública.

Figura 7: Proposta de redesenho do Projeto Novo Recife.

Fonte: Consórcio Novo Recife, informe publicitário, 2012.

Por fim, ainda após o projeto de redesenho, o Projeto Novo Recife continuou sendo foco de críticas e resistências por parte dos movimentos sociais e da sociedade civil. Durante a produção desta pesquisa, as obras dos Cais saíram do papel e encontram-se em fase avançada de construção de três grandes edifícios (Figura 08),

o Mirante do Cais – duas torres, Norte e Sul, com apartamentos de de 226 a 268m² – e Parque do Cais – com unidades de 32 a 61m².

Figura 8: Torres do Mirante do Cais e Parque do Cais.

Fonte: Moura Dubex - informe publicitário, 2018.

3.3.1. Resistências Populares: O papel do Grupo Direitos Urbanos e do Movimento Ocupe Estelita.

O papel da sociedade civil e dos movimentos sociais de significativa importância no processo que envolve o CJE e CNR, seja denunciando as irregularidades, apontando e construindo novas propostas para áreas ou convidando o público em geral para debater um novo modelo de cidade.

Dessa maneira, o GDU e o MOE, contribuíram de forma orgânica desde 2012 como forma de denunciar às irregularidades cometidas pelo CNR e debatendo um modelo de cidade que seja acessível, inclusiva e popular. Todavia, apesar de serem

similares, os dois movimentos citados se diferem na atuação e no foco. Por isso, a seguir ambos serão caracterizados.

A priori, o GDU Recife surge e uma articulação de pessoas engajadas politicamente e preocupadas com os problemas da Cidade do Recife. O grupo inicia de forma online e logo após amplifica sua atuação além das redes. O Grupo atuou na reivindicação do tombamento do Edifício Caiçara em Boa Viagem, contra o projeto de lei que visava a proibição de consumo de álcool nas ruas e limitava o horário de funcionamento de bares como forma de combate à violência, contra a derrubada do Cais José Estelita e outras pautas.

O movimento surge em 2012, durante a efervescência das polêmicas envolvendo o PNR. Apesar disso o movimento não se limita a esta pauta, mas atua em diversas frentes, tendo como causas:

> Transparência e Participação Popular; Revisão e regulação do Plano Diretor e reorganização da legislação urbanística; Planejamento Urbano e Metropolitano Integrado e de Longo Prazo; Valorização do Espaço Público; Revitalização sem Gentrificação; Proteção das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) e de comunidades ameaçadas de remoção; Deslocamento não-motorizado e planejamento do uso do solo como centro do problema da mobilidade; Subsídio e valorização do transporte coletivo como forma de distribuição de renda e de construção de um modelo de mobilidade mais eficiente (AZEVEDO, 2017, p.43).

A posteriori, o MOE, que surge como parte da construção do GDU. O MOE inicia sua trajetória em defesa do CJE em 15 de abril de 2012, com o lançamento de uma ato-manifesto contra a derrubada dos armazéns presentes na área, convocando a população para ocupar a região externa do Cais em protesto ao PNR.

Impulsionado por movimentos de juventudes que vinham eclodindo em todo o mundo, em especial o Occupy Street nos Estados Unidos, o Ocupe Estelita tinha como objetivo ocupar os espaços públicos da cidade. O "ocupe", verbo conjugado na segunda pessoa do singular em seu modo imperativo, é um convite a toda sociedade civil a não só ocupar o CJE, que vinha sendo ameaçado pela especulação imobiliária, mas também, refletir sobre o modelo de cidade e desenvolvimento que perpassa a cidade.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, será apresentada a descrição dos métodos a serem utilizados para entender a relação construída do Movimento Ocupe Estelita com a defesa do patrimônio e a arqueologia. Utilizar-se-á os procedimentos metodológicos da arqueologia urbana e da análise de conteúdo dos textos presentes no blog do Grupo Direitos Urbano Recife e dos arquivos públicos do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

4.1. Organizando-se em redes: o papel das mídias alternativas e da arqueologia na defesa do Cais José Estelita

As consequentes transformações na ordem de produção, o avanço da tecnologia e da globalização tem mudado constantemente a maneira que as pessoas se relacionam com o conteúdo que consomem e produzem. Thompson (2002) menciona que a imprensa tem sido a principal fonte de informação para sociedade, seja por meio da televisão, jornais impressos ou virtuais. Ainda para ele, os indivíduos contraem uma realidade a partir das narrativas que consomem.

Para alcançar os objetivos dispostos, a análise das mídias alternativas do próprio movimento se apresenta como uma saída estratégica. Isto porque, além de vocalizar as ideias do grupo, são meios de comunicação independentes, portanto, “desafiam as formas capitalistas dominantes de produção, estruturas de mídia, conteúdo, distribuição e recepção” (FUCHS, 2010, p. 178).

A estratégia de propaganda e denúncia em forma de blog do GDU se alinha diretamente a intenção geral das mídias alternativas que tem por objetivo "pluralizar as vozes do debate público, discutir, questionar e tornar de acesso temas, ângulos e fatos que são obscurecidos, silenciados e até distorcidos pelos veículos de comunicação hegemônicos e comprometidos comercialmente" (MOSCOSO, 2022, p.7).

Ainda para Fuchs (2010) as mídias alternativas têm um caráter independente e se constroem a partir do fortalecimento da cooperação e da participação. Isto porque, subvertem a lógica comercial da grande imprensa e ampliam a participação popular no acesso e divulgação da informação.

Assim como o blog do GDU, as mídias alternativas nos meios digitais, em geral, são mídias ativistas dos embates sociais, econômicos e políticos. Tais mídias amplificam as vozes de grupos minoritários que lutam por justiça social. Além disso, são mídias construídas em menor escala, mais acessíveis e independentes, ou seja, sem apelo comercial e institucional (COVER; DOWMUNT; FOUNTAIN, 2007).

Para Atton (2002) as mídias alternativas cumprem um importante papel no processo estrutural, seja na sua forma estética ou na horizontalidade da administração. O autor ainda afirma que quanto a estética, as mídias alternativas empregam inovações e adaptações reprodutivas, aproveitando ao máximo a ferramenta tecnológica disponível.

Pode-se mencionar também que os meios alternativos de comunicação são essenciais para oferecer informações a grupos minoritários e menos favorecidos economicamente, principalmente em um momento que o acesso à comunicação tem sido cada vez mais comercializado, proporcionando a democratização do acesso à informação.

O blog do Grupo Direitos Urbanos Recife cumpre seu papel de mídia alternativa na divulgação de informação e denúncias sobre os processos referentes ao Cais José Estelita e outras problemáticas urbanas da cidade. O blog, possibilitou a democratização de informações escondidas pelos interesses da grande mídia hegemônica do estado de Pernambuco e expandiu as vozes do grupo em defesa da cidade de forma horizontal.

Sendo assim, para compreender a relação que se constrói entre o patrimônio edificado do Cais José Estelita e a luta pelo direito à cidade impulsionada pelo movimento Ocupe Estelita, foi utilizado métodos da análise de texto de mídias alternativas por meio de texto produzidos por militantes do movimento para o blog online do Grupo Direitos Urbanos Recife hospedado na plataforma pública WordPrees[2].

Por meio da utilização deste método – análise de conteúdo – descrito por Bardin (1977) foi possível entender como o movimento atuou durante o período delimitado

[2] **WordPrees** é um projeto de código aberto que permite criar sites, blogs e aplicativos.

pela pesquisa, bem como, averiguar a relação construída entre o movimento e os debates arqueológicos e patrimoniais na cidade.

O método em questão debruça-se em algumas etapas, sendo elas: a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos dados obtidos e sua interpretação. Na primeira etapa – a Pré análise – foi realizada, a priori, uma leitura flutuante de todos os textos referentes ao Cais José Estelita presente no Grupo Direitos Urbanos e, a posteriori, seguindo os marcos que guiam a pesquisa foram selecionados os textos que poderiam contribuir para alcançar os objetivos da pesquisa.

A priori, foram encontrados 106 resultados por meio da tag "estelita" na barra de pesquisa do blog do GDU dispostos cronologicamente entre 2012 à 2015. Tendo 46 publicações no ano de 2012, 14 em 2013 e 2014 e 3 em 2015 (APENDICE 01). Entre os resultados obtidos estão editoriais, anúncios, notas e clippings[3] que remetem ao Cais José Estelita, ao movimento Ocupe Estelita e ao Projeto Novo Recife.

Consequentemente, para compreender a relação entre o movimento social e o patrimônio utilizando métodos da análise do blog do Grupo Direitos Urbanos Recife foram procuradas nos textos os seguintes termos: Arqueologia, Patrimônio Cultural, Patrimônio Arqueológico, Patrimônio Histórico, Iphan, Movimento Social, Ocupe Estelita, Novo Recife, Direito à Cidade, Participação Popular, Identidade e Memória.

Dos 106 resultados encontrados por meio da tag “estelita” no blog do GDU, 77 tiveram em seu corpo de texto, uma ou mais palavras citadas anteriormente. Logo, 29 matérias foram excluídas das análises por não atenderem aos requisitos metodológicos.

Quanto aos objetivos, para identificar uma linha cronológica do Movimento Ocupe, os textos foram analisados buscando identificar um padrão de postagem a cada ano, entendendo quais as principais demandas e ações internas e externas que colaboraram para os eventos e quais as estratégias de comunicação do movimento.

---

[3] ***Clipping*** é uma expressão idiomática da língua inglesa, uma "gíria", que define o processo de selecionar notícias em jornais, revistas, sites e outros meios de comunicação, geralmente impressos, para resultar num apanhado de recortes sobre assuntos de total interesse de quem os coleciona. Pode-se também desenvolver o trabalho de clipagem em redes sociais, blogs, web jornais, rádio e televisão. Para isso, há inúmeras ferramentas que colaboram para a agilidade do trabalho.

Consequentemente, buscou-se listar as principais atividades do grupo para divulgar o movimento e promover a proteção do Cais e como se deu o processo.

Além disso, há disposto no site alguns Clippings, que foram analisados para entender qual o papel da mídia hegemônica na disputa do Cais José Estelita e quais as contra respostas do movimento. Além disso, buscou-se a palavra “Arqueologia” em todos os textos para entender como a arqueologia atuou por dentro do movimento e como a disciplina foi utilizada enquanto argumento para proteger o Cais.

Ainda sobre o papel da arqueologia, foram levantadas informações através do Sistema Eletrônico de Informações – SEI do Iphan, que consiste em uma ferramenta pública desenvolvida pelo Tribunal Regional Federal da 4º região para gestão de documentos e processos. Isto possibilitou entender como a arqueologia atuou para além do movimento. Sendo assim, Através da pesquisa na plataforma foram identificados dois registros de processos, sendo eles:

01498.002850/2013-93 - Projeto de Monitoramento das Obras do Cais José Estelita-Recife/PE;

01498.000255/2019-17 - Programa de Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial nas obras do Cais José Estelita, Recife/PE

Nesses processos disponíveis, foram encontrados 197 registros, sendo 63 no processo 01498.000255/2019-17 e 134 no 01498.000255/2019-17. O primeiro com temporalidade de 21/10/2013 à 18/03/2019 e o segundo de 21/02/2019 à 12/08/2022. Por meio disso, foi realizada uma análise de todos os documentos disponíveis para identificar o papel da arqueologia no Cais José Estelita para além do movimento social.

Por meio disso, foi realizada uma linha cronológica dos principais eventos realizados pela arqueologia para a área, com foco nos embargos, estudo de impacto, resgate de materiais e aplicação de educação patrimonial. Analisando como se deu os processos, bem como a empresa responsável pelo estudo da área aplicou sua a metodologia de estudo, resgate dos materiais e educação patrimonial da área.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo serão apresentados os resultados e discussões da pesquisa a partir das análises da mídia alternativa do blog do Grupo Direitos Urbanos Recife e dos resultados encontrados na plataforma SEI.

5.1. Linha cronológica do Movimento Ocupe Estelita no blog do Grupo Direitos Urbanos Recife

Como mencionado anteriormente, foram analisadas ao todo 76 publicações que remetem ao Cais José Estelita no blog do GDU em 4 anos de publicações. Vale ponderar que existem publicações anteriores e posteriores às encontradas na plataforma, todavia este trabalho se atentará a espacialidade delimitada nos textos presentes no blog, por entender que este foi o principal meio de comunicação do grupo.

O ano de 2012 foi o mais intenso no que diz respeito a quantidade de publicações, totalizando 46, que corresponde a mais da metade dos textos expostos no site. Os anos de 2013, 2014 e 2015 possuem 14, 14 e 3 publicações, respectivamente. Para compreender a construção do movimento nesses anos foram analisadas, à priori, por ordem cronológica buscando compreender os principais debates em cada ano.

Apesar do centro da polêmica envolvendo o Cais José Estelita ter sua gênese em meados de 2008, após a venda do terreno para o Consórcio Novo Recife, os primeiros movimentos organizados em defesa do espaço iniciam-se por volta de 2012, quando a ameaça real de derrubada dos armazéns se estabelece. A primeira reportagem (anexo1) publicada no blog do GDU data de 28 março de 2012 e foi publicada pelo Professor Leonardo Cisneiros.

Intitulado de "Algumas considerações sobre o Projeto Novo Recife", o texto escrito na primeira pessoa do singular demonstra a preocupação do autor sobre os efeitos do projeto para a Cidade do Recife. Ainda sobre o texto, o autor apresenta um compilado de oito argumentos sobre os impactos do Novo Recife na transformação do contexto urbano.

Apesar de não ter conteúdo direcionado à arqueologia propriamente dita, já no primeiro documento publicado no blog o autor aponta para questões de preservação

do patrimônio de forma crítica. Para ele, a preservação do patrimônio não deve considerar somente o espaço do CJE, mas, todo o entorno paisagístico que é afetado por ele.

Sobre preservação do patrimônio, o autor menciona que "a consideração do que é preservação arquitetônica e histórica é convenientemente limitada". Só inclui a própria edificação, sem considerar o contexto do terreno e principalmente o entorno paisagístico etc." (CISNEIROS, 2012a) o autor ainda cita o Estatuto das Cidades (lei nº 10257/2001) em seu inciso XII e menciona que “a lei também estende a proteção do patrimônio ao patrimônio cultural, artístico e paisagístico, além do histórico e arqueológico ao qual geralmente o poder municipal se restringe” (CISNEIROS, 2012a).

Por fim Leonardo Cisneiros aponta os motivos de ser contrário ao PNR:

> Enfim, o problema não é ser contra o desenvolvimento, transformação ou modernização da cidade e também não se resume, como no despacho do MP, à preservação de meia dúzia de galpões na qualidade de patrimônio histórico. O problema é que modelo de desenvolvimento queremos, o que realmente é modernidade e novidade e não o que simplesmente aparenta ser novo e qual o papel que o poder público tem a obrigação constitucional de assumir. O caso do Projeto Novo Recife é apenas um caso dentro de uma tendência que já se instalou na cidade há anos e que deve continuar caso nada seja feito. O que é insidioso nesse modelo é que as transformações são feitas pouco a pouco, projeto a projeto, e as discussões acabam reduzidas a questões como se esse galpão ou aquela casa tem valor histórico ou não. Nisso perde-se de vista o grande projeto, o grande paradigma, que, pelas razões acima, é o verdadeiro problema. Discutir o Projeto Novo Recife, portanto, é discutir o futuro da cidade como um todo (CISNEIROS, 2012a).

Analisando a cronologia do blog, verifica-se que o ano de 2012 foi o pontapé inicial para o surgimento de uma luta organizada em defesa do CJE, que foi vendido em 2008 ao CNR. Neste primeiro ano, os textos presentes no blog são em sua maioria de caráter informativo, com o objetivo de informar a população sobre o PNR e o futuro do CJE.

Nas publicações do primeiro semestre de 2012, há em sua maioria, textos informativos e dispostos a esclarecer dúvidas, sendo observado em vários títulos,

como: "Algumas considerações sobre o projeto Novo Recife"; "Sobre o Projeto Novo Recife"; "Histórico do Projeto Novo Recife e outras propostas" e "FAQ - Projeto Novo Recife”.

Durante o segundo semestre de 2012, o movimento direciona suas forças a impedir a aprovação atropelada do PNR pela Prefeitura da Cidade do Recife ao fim da gestão do prefeito João da Costa.

> O que estava circulando como boato agora se confirmou. A Prefeitura realmente vai tentar, apenas um mês antes do final do mandato do atual prefeito, votar e aprovar o Projeto Novo Recife na marra. Foi convocada uma reunião EXTRAORDINÁRIA do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) com a finalidade de analisar o projeto inteiro semana que vem, na sexta-feira, dia 30 de novembro, 9hs da manhã, no 12º andar do prédio da Prefeitura (DIREITOS URBANOS, 2012a)

Em resposta à articulação atropelada vinda por parte da prefeitura, o movimento Ocupe Estelita formalizou uma ação popular contra as reuniões convocada pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano sobre o projeto Novo Recife. Apesar disto, o projeto foi aprovado no dia 28 de dezembro de 2012 sob diversas críticas do movimento, o que reverberou na construção de uma nota pública.

Em 2013, com a troca de gestão da prefeitura houve uma diminuição significativa de publicações, reuniões e artigos publicados no blog do GDU, isto pode ter acontecido principalmente pela troca de gestão e, consequentemente as mudanças nos conselhos além da tentativa da prefeitura em não se envolver em grandes polêmicas no início do mandato, mas também pela conjuntura política nacional que direcionava os militantes do movimento a construírem outras pautas, como as jornadas de julho de 2013.

Já em 2014, apesar de ser um período de grandes mobilizações do movimento, o número de publicações no blog do GDU é inferior ao contingente do primeiro ano. Isto mostra uma mudança de estratégia de comunicação e propaganda do movimento. A ascensão de outras redes sociais, mais acessadas pelo público no geral como o Facebook e Instagram podem ter possibilitado isto, uma vez que em rápidas pesquisas nessas redes foi possível notar um número maior de publicações no mesmo período. Consequentemente, o ano de 2015 marca o fim do blog do GDU como estratégia de comunicação do Movimento Ocupe Estelita. Neste período, há

apenas 3 textos publicados ainda no primeiro semestre de 2015. É importante mencionar que o movimento Ocupe Estelita continuou suas ações em defesa do Cais José Estelita, todavia utilizando outras formas alternativas de comunicação.

5.2. O Movimento Ocupe Estelita e suas atividades

Ainda no primeiro semestre de 2012 - mais especificamente em abril - há o primeiro registro de chamado do Movimento Ocupe Estelita, que surge por intermédio dos debates sobre a Cidade do Recife fomentados pelo GDU. Com a divulgação do Projeto Novo Recife pelo Consórcio Novo Recife e o avanço para a autorização do projeto no âmbito jurídico/institucional, a necessidade de friccionar ideias em prol da pauta faz surgir o Movimento Ocupe Estelita.

No blog do GDU, a primeira publicação referente ao Movimento Ocupe Estelita acontece em 8 de março de 2012 por Leonardo Cisneiros. O texto apresenta o movimento e convida a sociedade a participar das atividades do movimento a serem realizadas em frente ao Cais no dia 15 de abril de 2012 (Figura 09).

No texto, além do autor apresentar o movimento a população quando diz "o movimento busca manter vivo o debate sobre o modelo de ocupação verticalizado que a cidade adotou nas últimas décadas" (CISNEIROS, 2012b), também convida a sociedade a participar a programação e ocupar o espaço: "os simpáticos ao movimento podem levar instrumentos musicais, além de alimentação para quem desejar fazer piquenique".

Ainda no texto os participantes do movimento afirmam:

> Estamos buscando promover oficinas de pintura de camisas, com as marcas do movimento e algumas bandas e músicos estão se organizando para levar instrumentos. Além disso, ciclistas estão combinando e avaliando a adesão de mais participantes, para irem de bicicleta do Derby até a Bacia do Pina, juntando-se a nós. As pessoas estão livres para manifestar suas ideias da forma como quiserem, sempre respeitando o outro e o patrimônio (CISNEIROS, 2012b).

Figura 9: Cartaz do primeiro #OcupeEstelita

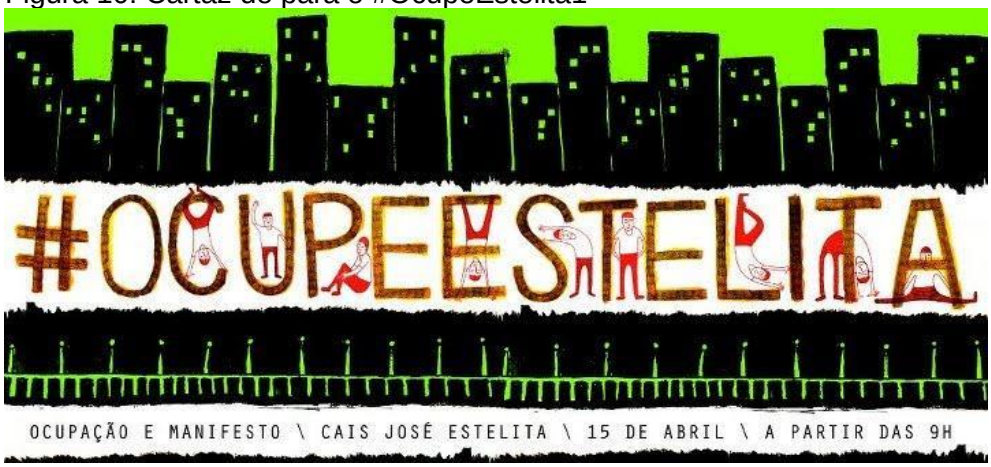
Fonte: Direitos Urbanos, 2012.

É possível perceber por meio desta fala o caráter e objetivos do movimento. Ao promover oficinas e atividades culturais abertas ao público, o movimento reafirma

seu projeto para área e que é possível fazer do Cais um espaço para toda a população, sem que haja segregação. Além disso, nota-se que o debate sobre preservação do patrimônio está presente desde o início do movimento.

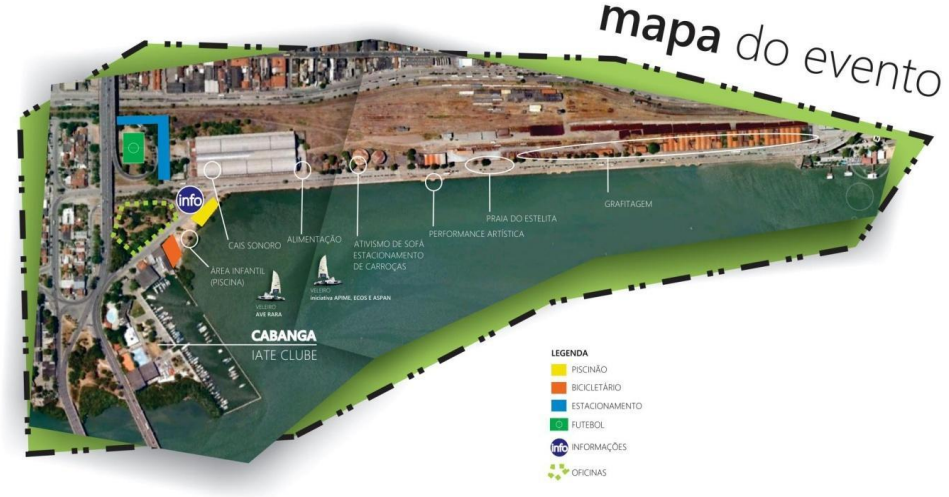
Em uma nova convocatória publicada em 11 de abril de 2012 (Figura 10) o movimento reafirma o convite a toda população e lança a programação geral (Figura 11) do evento com a presença de diversos artistas locais, oficinas, debates e palestras. Além disso, o movimento escreveu uma carta (Anexo xx), convidando participantes da reunião preparatória para Rio+20 que acontecia no Rio de Janeiro para conhecerem o movimento. Esta carta tem por objetivo expandir a denúncia para diversas esferas.

Figura 10: Cartaz de para o #OcupeEstelita1



Fonte: Blog Grupo Direitos Urbanos, 2012

Figura 11: Mapa do Evento #OcupeEstelita1



Fonte: Blog Grupo Direitos Urbanos, 2012

Bruno Maia, em texto para o blog, salienta que “o mar avança, o concreto também... No mais, ou nos organizamos e, de fato, marcamos opiniões e ações apontando

com todos os dedos e dentes quem ferra a vida dessa cidade, ou viramos comida desses animais" (MAIA, 2012). Esta afirmação ressalta também a crítica contínua do movimento ao avanço do processo de verticalização da Cidade do Recife, fruto do processo de urbanização capitalista das grandes construtoras do Estado de Pernambuco.

O forte posicionamento, a verticalização e seus efeitos para a cidade promovidos pelo movimento fizeram surgir inúmeras críticas ao Ocupe Estelita, afirmando que o movimento era contrário ao progresso da cidade. Entretanto, para o movimento:

> Ser contra um empreendimento particular ou uma determinada postura de intervenção urbana não tem nada a ver com o progresso de uma cidade ou região. A questão é acordar para a realidade de que um progresso responsável, dinâmico e integrador pode ser muito mais benéfico para a cidade, principalmente a médio e longo prazo, do que um progresso baseado em exploração máxima do potencial imobiliário. Quem disse que torres altas são sinônimo de progresso? Torres de edifícios podem existir sim na cidade, mas em determinados locais elas simplesmente não preenchem a vocação do lugar (CIRENO, 2012).

O Movimento Ocupe Estelita se propõe a ser um movimento horizontal, apartidário e independente. Desta maneira o movimento, se constrói por meio da realidade urbana e como a sociedade civil interage e é afetada pelo processo de urbanização capitalista. Sendo assim, não existe movimento separado da realidade cotidiana, o Ocupe Estelita pode sensibilizar não apenas a sociedade, mas também seus próprios membros. Para isso não é necessário exigir um agente político ideal.

Indubitavelmente, a internet teve papel primordial na aglutinação de pessoas e no processo de tornar o movimento uma referência na luta pelo direito à cidade. Os consequentes atos de ocupação do Cais, foram organizados sempre com o auxílio da internet, o sucesso das atividades e a crescente participação popular levou à rápida mobilização para a continuidade das ocupações de forma mais cotidiana.

O movimento em defesa do Cais José Estelita tornou-se um símbolo para o direito à cidade, do uso dos lotes urbanos de forma ambientalmente responsável e que seja socialmente justo, à noção do direito às cidades sustentáveis. A ocupação faz parte do conjunto de ações que vêm sendo tomadas por grupos da sociedade civil diante da urgência dessa responsabilização do poder público sobre essas pautas.

O Movimento Ocupe Estelita tornou-se um exemplo do exercício de democracia e direito à cidade, não só em Recife, mas no mundo inteiro. Ocupar a cidade para o movimento é desfrutar de todos os espaços sem segregação. O movimento foi marcado pela heterogeneidade de gerações, classe social, raça e gênero para debater a cidade por meio de um projeto horizontal, espontâneo e unificado.

Ocupar as ruas da cidade, foi uma forma encontrada pelo movimento para descentralizar o poder coercitivo vindo das instituições que ditam o modelo de desenvolvimento e o desenho da malha urbana da cidade sob a particularidade do mercado imobiliário. A ocupação no Cais José Estelita não apenas denuncia um processo de gentrificação[4] e, posteriormente, privatização dos espaços da cidade, mas faz ecoar um projeto de cidade para todos.

> Ocupar é um passo, mas precisamos transformar o ocupe em vigília permanente para que outros passos sejam dados no sentido de mostrar que a legitimidade da democracia se constrói nas ruas. Se os gregos erraram por restringirem a democracia aos homens com posses, nós ainda permanecemos num passo anterior quando achamos que a decisão de alguns vereadores pode representar a vontade da cidade (ANDRADE, 2015).

5.3. O discurso das mídias hegemônicas e contra respostas

Os grandes veículos de informação jornalística do Estado de Pernambuco tiveram grande importância na formação de opinião da população, não somente sobre o Consórcio Novo Recife e seus projetos para o Cais José Estelita, mas sobre a ideia de progresso e modernização da Cidade do Recife sob o projeto de urbanização ditado pelas grandes construtoras que operam no estado.

Percebe-se por meio dos textos analisados - conforme indicado na metodologia do trabalho - que três grandes veículos contribuíram de forma majoritária para manutenção da ideologia defendida pela prefeitura da cidade e das grandes construtoras, a saber: Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco.

---

[4] designa intervenções urbanas que elegem certos espaços centrais das cidades e os transformam em áreas de investimentos públicos e privados, cujas mudanças nos significados de uma localidade histórica faz do patrimônio um segmento do mercado. Os processos de gentrificação culminam na segregação de espaço das classes mais altas para as mais baixas (ZUKIN, 2000, p,135).

Por meio de clippings dos grandes jornais citados acima no blog do GDU foi possível entender a diferença de discurso da mídia hegemônica para a mídia alternativa. Esta relação de discurso é bem demarcada pelo editorial do Jornal do Commercio para sua versão impressa do dia 06 de abril de 2012 com o título "O vazio em torno do Cais".

O editorial traz uma comparação do modelo de urbanização e modernização de outras cidades do mundo - em especial o Rio de Janeiro - e crítica a resistência popular contra o Projeto Novo Recife:

> Não viram que a cidade precisa ser repensada e isso exige grandes empreendimentos, como esse que é oferecido para o Cais José Estelita, com repercussão imediata no mercado de trabalho, na qualidade de vida para muitas pessoas que terão oportunidade de se beneficiar com os equipamentos sociais ali instalados, e para toda a cidade, pelo processo de renovação do que está degradado. Não se trata de se interferir em espaços históricos ou deformar algum caráter cultural específico da cidade. Trata-se, sim, de dar a um espaço degradado a possibilidade de inserção em um grande plano urbanístico, para o qual – aí sim – se deveriam voltar todas as atenções, inclusive desses grupos que se colocam contra o projeto do Cais. Honestamente, não dá para entender essa posição contrária à melhoria do Centro da cidade do Recife (JORNAL DO COMMERCIO, 2012).

Em resposta a isto, o texto publicado por Leon Victor de Queiroz com o título "O falso progresso" crítica o debate apresentado pelo Jornal do Commercio e propõe que:

> O progresso não está na suntuosidade ou embelezamento do espaço construído. O progresso está em viver sem medo da violência, em transitar pela cidade a bordo do transporte público. O recifense precisa acordar. Não são os políticos que farão isso. SOMOS NÓS! Acordem meus amigos. A cidade que queremos só depende de nós. Progresso não é beleza, progresso é HARMONIA (QUEIROZ, 2012)

No editorial de Juliana Colares, publicado pelo Diário de Pernambuco, há uma caracterização da maneira como o movimento se auto-organiza e mobiliza a população por meio da sua política. Para ela, o movimento parte de uma determinada classe social que se constrói pela internet, mas não se limita a ela.

> Eles são de classe média, utilizam a internet como plataforma de discussão, divulgação e articulação, mas

> não se limitam ao ativismo de sofá. Vão às ruas e aos órgãos públicos expor seus pontos de vista e dizer que cidade querem. Não têm vínculo partidário e se organizam horizontalmente, sem um núcleo de liderança formalmente constituído. Não se definem como movimentos sociais e ainda não conseguem interferir nas agendas públicas e nas relações de poder da forma que gostariam, mas vêm crescendo em força e adesão. No Brasil e no mundo. São grupos de pessoas interessadas em melhorar a qualidade de vida das cidades e discutir políticas públicas, da mobilidade ao urbanismo. Coletiva e interativamente (COLARES, 2012).

O professor Érico Andrade (2014), em um texto publicado no blog, critica os veículos de informações pernambucanos que por diversas vezes fazem propaganda para o Consórcio Novo Recife e excluem as reivindicações do movimento para a área afetada. Para ele, "É estranha a omissão dos jornais no que diz respeito à divulgação de um dos maiores movimentos da história da cidade" quando se recusa a cobrir um evento com mais de 5 mil no Cais José Estelita reivindicando um novo projeto para o local.

O professor ainda aponta que além de negligenciar as pautas do movimento, acaba tomando posições que acatam os planos das grandes imobiliárias para a área. Érico Andrade (2014) também faz questão de mencionar a ligação intrínseca de alguns jornais - em especial o JC - com construtoras presentes no Consórcio Novo Recife. No texto, o professor ainda aponta que o Movimento em defesa do CJE só tem espaço nos noticiários quando se sentem constrangidos pela força das mobilizações.

> A imprensa não precisa ser contra o Novo Recife (afinal não podemos esquecer de que o JC faz parte do grupo de JCPM responsável por várias construções irregulares), nem precisa ser imparcial. Ela só não pode ser indiferente. Quando trata com indiferença o pleito por participação popular nas decisões da cidade, presentes tanto nas redes sociais quanto no movimento Ocupe Estelita, a imprensa assume que a liberdade de expressão é facultada apenas para mostrar um lado da história. Ela é livre apenas para ser unilateral. A liberdade passa a ser uma forma de ditar um único discurso na esperança, nefasta, de expressar a opinião pública sem que o público se manifeste quanto à sua própria opinião. Quando constrangida pela força notável das manifestações a imprensa continua agindo no sentido contrário à liberdade de expressão. Ela desqualifica, diminui os manifestantes e os reputa como defensores de ruínas e burgueses sem causa (ANDRADE, 2014).

É possível observar que apesar de ser invisibilizado e taxado com um movimento que parte exclusivamente da classe média de Recife pelos grandes noticiários, o movimento conseguiu encontrar maneiras de comunicar suas pautas e convocar cada vez mais pessoas para questionar o modelo de desenvolvimento da cidade.

O comunicador Ivan Moraes Filho (2013), também publica um artigo no blog do GDU, titulado de "A serviço do progresso: semióforo, ideologia e sobre como o Jornal do Comércio tornou-se porta-voz do Consórcio Novo Recife". O artigo analisa o discurso presentes em matérias no Jornal do Commercio e busca compreender o papel da mídia hegemônica para consolidar o discurso da necessidade de "crescimento" e "progresso" para a Cidade do Recife através do Cais José Estelita.

Seguindo a crítica iniciada pelo Professor Érico Andrade, o comunicador também aponta para a relação estabelecida entre a construção civil e jornais locais. No caso do Jornal do Commercio, em particular, esta reação é ainda mais estreita, pois o JC pertence ao Grupo JCPM, que também investe nas construções de shopping centers e no mercado imobiliário como um todo.

Em análises dos textos publicados pelos grandes veículos de comunicação do estado com clipping no blog do GDU, percebe-se bem que o comportamento dos grupos de comunicação, perpetuou e legitimou a forma com que as grandes construtoras envolvidas no Consórcio Novo Recife fomentar por meio do discurso a ideia de “progresso” e “modernização” da cidade invisibilizando outros debates e projetos do Movimento Ocupe Estelita para o Cais José Estelita.

Frases como “A Cidade precisa crescer”, “O Recife precisa de mais desenvolvimento”, “O desenvolvimento de uma nação, de um estado ou de uma cidade depende da geração rápida de empregos e da mudança da paisagem urbana”. “O velho deve ser descartado, o novo deve ser construído” evidenciam a forma que os grandes jornais do estado de Pernambuco agiam para manutenção e propagação da ideologia das grandes construtoras.

A maneira com que o os jornais agiram para desqualificar e invisibilizar as ações e propostas do movimento, seja taxada os integrantes de burgueses, classe média de sofá que decidiram ocupar as ruas, ou, deixando de cobrir ações do movimento com mais de 5 mil pessoas interfere diretamente na formação de opinião das pessoas.

Todavia, o movimento conseguiu se inserir em várias camadas da população e estabelecer uma comunicação alternativa que permitisse dialogar com diversas pessoas propagando o direito de ocupar a cidade e denunciar o projeto de privatização e gentrificação dos espaços.

5.4. O Movimento Ocupe Estelita, Patrimônio E Arqueologia

O Movimento Ocupe Estelita é fruto de um movimento universal de jovens que passam a contestar a política urbana e defender o direito de desfrutar a cidade em sua totalidade. Antes de mais tudo - como já conceitualizado no capítulo teórico – a noção de patrimônio que este trabalho segue parte do princípio proposto por Funari e Funari (2007) que defende a ideia de patrimônio enquanto herança, ou seja, algo que fora herdado do passado por meio da relação criada, seja com a cultura material e/ou imaterial.

Ainda resgatando conceitos abordados no capítulo teórico, Lefebrve (1968) define em linhas gerais o direito à cidade como a não segregação das qualidades e benefícios que a cidade possa proporcionar em sua totalidade. Sendo assim, o Cais José Estelita faz parte da construção da memória da cidade e é considerado um patrimônio pela relação de pertencimento desenvolvido pelas pessoas através da sua importância para a Cidade do Recife.

Por meio dos conceitos expostos acima, infere-se que o Cais José Estelita é um patrimônio público da cidade, presente na memória e na construção da identidade das pessoas. Sendo o patrimônio um elemento da cidade, é direito de todos desfrutar dele em sua totalidade. A luta pelo direito à cidade do movimento Ocupe Estelita é também uma luta em defesa do patrimônio, isto porque, não há cidade sem memória e não há patrimônio sem cidade.

Como já mencionado anteriormente neste capítulo, a discussão sobre patrimônio esteve presente nos debates do movimento desde os primeiros momentos do movimento em 2012. Em texto publicado no blog do GDU, o movimento aponta que a preservação do patrimônio não deve considerar somente o espaço do CJE, mas todo o entorno paisagístico inserido é afetado por ele.

Para o movimento, a noção de patrimônio não se constrói somente no limite do Cais José Estelita, materializado pelos antigos armazéns açucareiros e o percurso ferroviário, mas também no espaço e paisagem que está inserido. A paisagem ao entorno no Cais, também influencia na sua construção, visto que o Cais José Estelita está localizado próximo a uma área histórica da cidade. Desta maneira, o patrimônio presente no cais anda em paralelo aos discursos de modelo de desenvolvimento urbano que se pretende construir para a cidade e, negar isso é acabar com a memória da cidade. Sobre isto, Alexandre Bahia (2012) comenta:

> Falar de paisagem, falando apenas de um limite, que é uma linha imaginária desenhada sobre um papel que é abstração da cidade e não a cidade propriamente dita é só especulação. Claro que esse projeto afeta a paisagem, não só afeta como destrói um dos poucos cartões postais da cidade. A Igreja da Penha perderá sua função de marco, suas cúpulas não serão jamais vistas por quem vem da zona sul, será outro skyline brutalmente diferente.

Ainda sobre o ponto anterior, o movimento aponta uma série de ilegalidades promovidas pelo Consórcio Novo Recife ao desconsiderar a paisagem que o Cais José Estelita está inserido, por meio de um parecer jurídico elaborado pela Professora de Direito da Universidade Federal de Pernambuco Liana Cirne Lins e a arquiteta Clara Gomes Moreira, que apontam a seguinte problemática quanto ao tema:

> A área onde se pretende instalar o empreendimento imobiliário “Novo Recife” está situada no terreno da antiga RFFSA, na Av. Engenheiro José Estelita, Bairro de São José e, conforme atesta a Diretoria de Controle Urbano da Prefeitura do Recife, parte do empreendimento está inserido em poligonal de entorno de monumentos tombados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional), conforme ofício Nº. 021/98 – 5ª GR IPHAN – MinC, de 21/01/1998, o que torna cogente análise técnica sobre possibilidade ou não do projeto inicial “Novo Recife” (LINS e MOREIRA, 2013).

O direito à cidade e ao patrimônio sempre andaram juntos nos debates e resoluções do Movimento Ocupe Estelita, em carta publicada no dia 18 de abril de 2012 para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, o movimento demarca seus principais anseios para o Cais José Estelita:

> **REAFIRMAMOS** nosso compromisso com o desenvolvimento urbano sustentável da cidade do Recife

> e com a defesa do patrimônio histórico e cultural – material e imaterial;
>
> **DEFENDEMOS** a continuidade da paisagem no Cais José Estelita. Qualquer projeto para área deve obedecer à relação de reciprocidade com o patrimônio existente. Sua reabilitação deverá ser contemplada com um plano urbanístico estruturado a partir de traçado viário integrado à malha existente, da diversidade de usos, dos marcos da paisagem, dos espaços livres, coletivos e abertos, da imagem, metáforas e memória coletiva do lugar. Deve promover usos democráticos, com acesso irrestrito da população, recuperando o poder econômico local sem criar impactos tão negativos, com uma idéia de falso progresso. Progresso de quem?
>
> **EXIGIMOS** dos poderes públicos a conservação e defesa da paisagem do Cais José Estelita como nosso patrimônio. O Cais, assim como seu entorno representa um forte elemento da identidade local. Destacamos como marcos da paisagem o Forte das Cinco Pontas, os antigos galpões da Rede Ferroviária, a Igreja Matriz de São José e principalmente a Bacia do Pina, patrimônio natural da paisagem local. Entendemos que estes elementos devam sem preservados e valorizados, devendo ser estabelecida uma relação de conjunto. É forçoso ressaltar que o próprio Cais, como condição altamente representativa da ocupação urbana holandesa, tão cara aos recifenses, é uma faixa de terreno tão importante quanto, ou mais que os edifícios nela erguidos.
>
> **SOLICITAMOS** que esta carta, a Petição Pública "Abaixo-assinado Contra o Projeto Novo Recife!" com 3898 (três mil oitocentas e noventa e oito) assinaturas, documentos estes protocolados na data de hoje, 23/04/2012. Pedimos ainda que o material do processo sobre o projeto no IPHAN incluindo os laudos dos técnicos locais seja enviado ao Ministério Público conforme solicitação declarada na audiência, e que o posicionamento destes técnicos seja considerado nos encaminhamentos tomados com relação a qualquer decisão, posicionamento e intervenção na área do Cais José Estelita (Direitos Urbanos, 2012a).

Apesar do debate intrínseco entre direito à cidade e patrimônio, sempre ressaltado pelo movimento, o termo arqueologia e a defesa do patrimônio arqueológico não são explicitados pelo movimento no blog do GDU analisado neste trabalho. Entretanto, a arqueologia foi um importante instrumento utilizado para embargar a obra e impedir a destruição por completa do Cais José Estelita em 2014, como será visto a seguir.

Em nota pública, divulgada pelo movimento em 22/05/2014, os integrantes do movimento comemoram o processo de embargo da demolição do Cais José Estelita pelo Iphan. Mesmo sem mencionar na carta, o motivo do embargo do Iphan à obra, se deu por conta da não realização dos estudos arqueológicos na região. Buscando informações sobre este procedimento realizado pelo Iphan foi encontrada uma reportagem do G1 Pernambuco (2014), na reportagem, o promotor de Meio Ambiente, Ricardo Coelho comenta: "Há patrimônio nacional histórico no terreno e, para haver demolição, precisa autorização do Iphan, que não há. O entendimento do Ministério também é que a área ainda está no perímetro do patrimônio histórico e não pode ser demolida".

Ainda no texto do G1 Pernambuco (2014), menciona-se um ofício encaminhado à gestão do Consórcio Novo Recife e à Secretaria Executiva de Licenciamento da Prefeitura do Recife. O documento destaca que "poder geral de cautela do Iphan quanto à preservação do patrimônio arqueológico" e ressalta que a medida do órgão se baseou em duas questões:

> 1. Descumprimento da celebração do Termo de Ajuste de Conduta - TAC entre o empreendedor e o Iphan, considerada uma condicionante para as atividades do primeiro, visto que necessário ao acautelamento de bem arqueológico na área;
>
> 2. Necessidade de apresentação de documentação suficiente para garantir a proteção dos registros referentes à produção de conhecimento sobre a área em questão (G1 Pernambuco, 2014).

Quanto ao papel do conhecimento arqueológico no processo de defesa do Cais José Estelita, cabe refletir sobre algumas questões que permeiam a movimentação. A priori vale mencionar que a atuação da arqueologia cumpre um papel jurídico-burocrático-institucionalizado representado pelo Iphan para responder a ação de demolição do Consórcio Novo Recife. Embora tais procedimentos sejam importantes para a proteção do patrimônio, ainda possuem limitações.

A exemplo do Cais José Estelita, o embargo não tinha capacidade de impedir a obra, mas, suspendê-la até que fossem cumpridos todos os princípios dispostos pela legislação patrimonial. Quanto a isso, o órgão afirmou ao Marco Zero conteúdo que:

> Cabe ressaltar que a área em questão não é valorada como Patrimônio Ferroviário, e nem tombada pela União, como Patrimônio Cultural Brasileiro e, assim sendo, o que

> compete ao Iphan é avaliar o impacto do empreendimento ao patrimônio arqueológico no escopo do licenciamento ambiental. Assim, durante todo esse tempo, a instituição fez diversas exigências, que foram sendo atendidas e analisadas até sua aprovação final. O Iphan continua acompanhando essa nova etapa, relativa à pesquisa arqueológica interventiva, que será feita durante o andamento da obra no local (SANTOS, 2019).

A partir do ponto mencionado acima e buscando compreender de forma mais ampla o papel da Arqueologia pelas vias institucionais, foi possível identificar algumas ações da disciplina para o Cais José Estelita. A priori cabe mencionar que pela portaria nº10 de julho de 2010 “o IPHAN-PE criou um Grupo de Trabalho multidisciplinar para avaliar tecnicamente aquele imóvel enquanto representante (ou não) da memória ferroviária nacional.” (ACP, 2013, p. 10).

O grupo de trabalho foi formado por diversos pesquisadores e técnicos do Iphan e tinha como objetivo elaborar pareceres técnicos que atestam a valoração e significância do Pátio das Cinco Pontas para a Memória Ferroviária. Assim tem-se registro do primeiro parecer técnico em 17 de dezembro de 2010 o “Parecer Técnico sobre o Pátio Ferroviário das Cinco Pontas”, com a colaboração do historiador Adler Homero Fonseca de Castro e em 7 de outubro de 2011 o Parecer Técnico Complementar denominado “Pátio Ferroviário das Cinco Pontas: significância cultural e preservação da memória ferroviária”, com a colaboração do historiador Lucas Neves.

Ambos os pareceres técnicos atestaram a importância do pátio e suas estruturas, evidenciando sua significância para a preservação do patrimônio ferroviário brasileiro. Além disso, no “Parecer Técnico das Cinco Pontas” há destacado os valores do pátio para a memória ferroviária, sendo eles: histórico, arquitetônico, arqueológico, paisagístico, de uso e de raridade.

No campo de significância da arqueologia, o Parecer Técnico (2010) aponta:

> está cristalizado em diversos vestígios e objetos relevadores da cultura material pós-industrial, portanto, diretamente ligados aos avanços científicos e tecnológicos decorrentes e ao mesmo tempo condicionantes da Revolução Industrial europeia e seus desdobramentos no continente americano, particularmente no universo das edificações, mas também dos equipamentos de grande porte destinados ao funcionamento das ferrovias e até objetos utilitários de

> menor escala – locomotivas, vagões e balanças inglesas, além de trilhos, etc.

Ainda utilizando-se da arqueologia, o Parecer Técnico (2010) aponta para o valor de uso do Pátio Ferroviário argumentando:

> o pátio continua em funcionamento, considerando seus equipamentos e o espaço livre necessário às operações ferroviárias, bem como na compreensão de novos usos podem ser compatibilizados com o sítio e o entorno, desde que mantidas as atividades atuais e garantidas as possibilidades de ampliação daquelas operações, sem prejuízos para o acervo arquitetônico, urbanístico, arqueológico e histórico reunido nos bairros adjacentes de São José, Santo Antônio e Recife e sem significativos impactos ambientais. É importante assegurar a preservação do Pátio das Cinco Pontas com sua porção livre de edificações ou equipamentos de grande porte ou de grande densidade construtiva.

Em 21 de maio de 2014 a prefeitura autoriza a derrubada das estruturas do Cais José Estelita mesmo a justiça tendo proibido qualquer obra no local sem que houvesse estudos de impacto. Em 22 de maio do mesmo ano, a demolição é embargada por uma liminar da Justiça Federal e do Iphan. Neste sentido, a Arqueologia passa a ter um papal de relevância no debate, uma vez que seus estudos para o local se tornam obrigatórios para a continuação das obras.

Cabe mencionar que o projeto de Arqueologia para área já havia sido enviado ao Iphan anteriormente ao embargo da obra. Em 21 de outubro de 2013, o Consórcio Novo Recife envia um ofício à superintendência do Iphan Pernambuco com a intenção de encaminhar o projeto de arqueologia para área nos moldes da Portaria n°07 de 1 de dezembro do Iphan.

O projeto “Projeto de Monitoramento, Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial das Obras do Cais José Estelita, no Bairro de São José, Recife, Pernambuco” encaminhado pela empresa Novo Recife Empreendimento Ltda., possuía como arqueólogos coordenadores José Aylton Coelho de Mello e Nuno José de Souza Rêgo, e, abrangia pesquisa de campo, laboratório, atividades de educação patrimonial e divulgação científica.

Sobre o projeto, cabe atentar a algumas questões de conteúdo. A priori, ainda na introdução o projeto aponta que o trabalho se incorpora e se destina a formação de conjunto de ações intencionadas na melhoria urbanística do Cais José Estelita. Por

meio disso podemos observar um caráter subordinado da arqueologia preventiva e dos trabalhos de arqueologia para área, sem a intenção de apresentar um trabalho crítico para área, mas apenas cumprir um procedimento burocrático.

Quanto a metodologia de resgate e monitoramento há elencado os seguintes elementos:

> 1. Preparação do campo a partir das informações históricas sobre a área;
>
> 2. Realizar o monitoramento em busca do resgate arqueológico propriamente dito durante as escavações. Os sedimentos das escavações em níveis artificiais de 0,10 m consecutivos, seguido o planejamento de escavação do monitoramento, em uma malha quadriculada de 2X2 m e seu múltiplos, os sedimentos oriundos da investigação arqueológica deverão ser penetrados, por unidade espacial predeterminada, para verificar existência de vestígios arqueológicos. As sondagens em cada trecho das valas devem anteceder as escavações, para conhecimento prévio da estratigrafia;
>
> 3. Caso se encontre algum elemento, proceder com decapagem manual, limpeza, triagem e registro fotográfico. O material arqueológico colhido deverá ser ensacado e etiquetado, e será levado para laboratório de campo para higienização, em seguida fotografado, quantificado, catalogado, classificado, reensacado e reetiquetado para guarda provisória na para posterior destino final;
>
> 4. Determinar as coordenadas dos pontos onde coram encontrados vestígios arqueológicos e os limites espaciais das ocorrências, registrando em planta baixa re6erenciando o local da escavação;
>
> 5. Mapeamento das áreas no sítio a partir das coordenadas das ocorrências: 6. Registro detalhado de estruturas físicas, caso encontradas, devendo proceder com marcação diferenciada no piso para posterior ampliação das escavações, com a finalidade de identificar e registrar as estruturas
>
> 7. Proceder com limpeza dos elementos e análises de laboratório das coleções eventualmente encontradas, para catalogação, classificação e determinação seu potencial histórico;
>
> 8. Armazenamento em caixa plástica padrão IPHAN do material encontrado para posterior destino;

> 9. Preparação dos Relatórios sob os critérios da Portaria 07 de 1988.

E sobre a metodologia das atividades de educação patrimonial há elencados os seguintes termos:

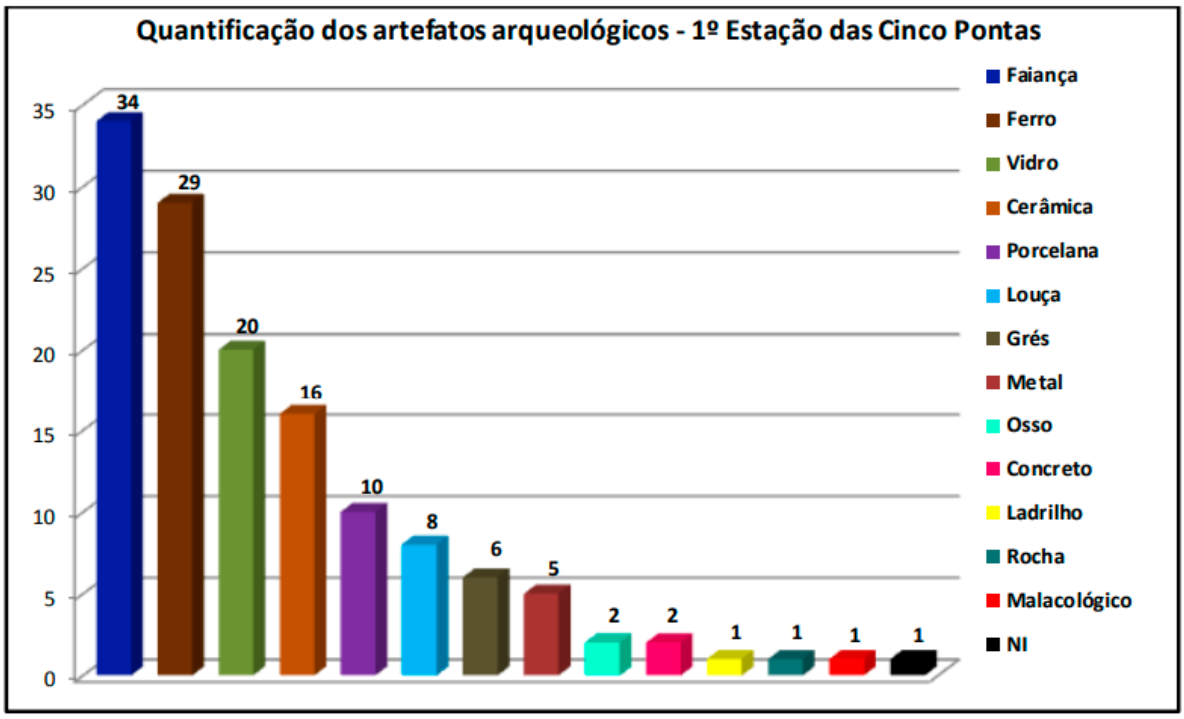
> Realizar palestra informativa aos operários de campo antes do início dos trabalhos, sobre património arqueológico e a importância de sua conservação;
>
> Informar aos moradores, comerciantes e a imprensa interessada sobre as razões que motivam a presença de arqueólogos no local;
>
> Realizar divulgação do património arqueológico através de placas de sinalização, cartazes, etc.;
>
> Informar à comunidade e a imprensa os resultados preliminares dos trabalhos de campo;
>
> Outros meios de comunicação, como Rádio e TV.

Por fim, o projeto previa a contratação de 12 funcionários, sendo dois arqueólogos coordenadores, um arqueólogo de campo, um arqueólogo de laboratório, um desenhista/cadista, um técnico em arqueologia e seis operários. Por fim, pode-se mencionar que o projeto apresenta um plano de trabalho para 12 meses distribuídos em 6 etapas.

Apesar do projeto ter sido enviado ao Iphan em 2013, não foi aplicado pela empresa. Em 2014 com o embargo da obra, a Novo Recife Empreendimentos Ltda., retornou ao projeto somente em outubro de 2017. Em 2018 de março de 2019 o Iphan põe fim ao embargo e autoriza o empreendimento a retomar a derrubada dos armazéns e avançar nas obras. Sendo o relatório final homologado com todas as exigências do Iphan em 20 de maio de 2020.

Quanto ao relatório cabem algumas observar que foram encontrados e resgatados pela equipe de arqueólogos 136 (Figura 12) vestígios arqueológicos de diversa natureza: faiança, ferro, vidro, cerâmica, porcelana, louça, grés, metal, osso, concreto, ladrilho, rocha, malacológico e materiais não identificados.

Figura 12: Quantificação dos artefatos arqueológicos.



Fonte: Equipe arqueológica do projeto, 2019.

Além disso, pode-se mencionar os trabalhos de educação patrimonial desenvolvidos pela equipe. Inicialmente, o programa de educação patrimonial foi dirigido aos trabalhadores do Consórcio Novo Recife no canteiro de obras e logo após foi estendido a Escola de Referência em Ensino Médio Joaquim Nabuco e a Escola Municipal Almirante Soares Dutra, ambas localizadas nas proximidades do empreendimento.

Segundo o relatório, durante a prática das atividades de educação patrimonial foi ministrado palestras os trabalhadores e alunos das escolas sobre a importância da preservação do patrimônio da cidade, através da arqueologia, assim seguindo a temática das mini palestras: o que é arqueologia; o uso e resultados da arqueologia no Cais José Estelita e primeira estação; o patrimônio arqueológico e o empreendimento; ainda foi salientado sobre a história das Estações de Trem do Recife e do patrimônio ferroviário.

Ainda sobre as atividades de educação integrada de educação patrimonial cabe atentar para algumas normas determinadas pela instrução normativa de Nº001 de 25

de março de 2015. De acordo com o Capítulo III de educação patrimonial em seu artigo 45, parágrafo 4º:

> Atividades pontuais, tais como: palestras e ações de caráter exclusivamente promocional, assim como atividades de esclarecimento e divulgação, não são suficientes para caracterizar Projetos Integrados de Educação Patrimonial (IPHAN, 2015, p.16).

Comparando com as atividades de educação patrimonial apresentadas no relatório oficial, pode-se afirmar que os responsáveis não conseguiram cumprir os procedimentos indicados pelo Iphan. As atividades de educação patrimonial realizada tiveram um caráter pontual e não construiu relações com o público participante. Além disso, a ausência de profissionais da educação impede a construção de uma metodologia consistente e dificulta construir relações mais educacionais mais críticas.

Desta maneira, conforme observado, ainda que os procedimentos legais sejam um importante instrumento de defesa do Cais José Estelita, a Arqueologia não pode se limitar a ele, cumprindo um papel submisso e acrítico do patrimônio, tendo um caráter burocrático. Por outro lado, apesar de existir um programa de pós-graduação e graduação em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco na Cidade do Recife não há uma mínima presença da disciplina nos debates em defesa do Cais, seja assinando uma carta, ou, formulando argumentos e ações para defender o patrimônio

A ausência de um debate arqueológico dentro do Movimento Ocupe Estelita reflete na pouca participação popular dos arqueólogos nos debates sociais e políticos. A Arqueologia é uma ciência do nosso tempo e, por isso, precisa estar engajada na realidade social para que faça sentido às pessoas. Entender a arqueologia, como apenas um fenômeno do estático do passado, é negar sua interdisciplinaridade e impedi-la que seja um instrumento de transformação social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do desenvolvimento da pesquisa e aprofundamento da temática envolvendo arqueologia, movimentos sociais e direito à cidade foi possível refletir e indagar sobre diversas questões que atravessam o debate do patrimônio em contexto urbanos e como o modelo de desenvolvimento capitalista interfere e restringe o direito à memória.

A opção de aprofundar a temática a partir do estudo de caso do Cais José Estelita e do Movimento Ocupe Estelita se dá principalmente pela notoriedade e relevância que permearam o espaço. Além disso, o lugar foi foco dos mais diversos estudos e das mais diversas áreas, fazendo-se necessário a contribuição da arqueologia. Os diversos estudos para área já realizados trouxeram vantagens e desvantagens. Quanto às vantagens podem-se mencionar a amplitude de informações, o que se apresentou também enquanto desvantagem, uma vez que a diversidade de informações exigia um filtro e um recorde bem definido para ser tratado na pesquisa.

A análise dos textos presentes no blog do Grupo Direitos Urbanos Recife e dos processos encontrados no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, se mostraram eficazes para alcançar os objetivos da pesquisa uma vez que delimita uma cronologia e propicia o entendimento do papel da arqueologia nos debates internos do movimento e nas vias institucionais.

Em razão disto, dentre um leque de possibilidades que podiam ser construídos para a pesquisa, o presente trabalho foi desenvolvido buscando entender a arqueologia utilizada pelo movimento social para defender o patrimônio expresso no Cais José Estilista, bem como a arqueologia agiu por vias institucionais. Neste sentido, entender o patrimônio como elemento construído na memória da cidade, tornou-se essencial para correlacionar com o direito à cidade.

O Cais José Estelita e Pátio Ferroviário das Cinco Pontas desde seu abandono em 1999 foi alvo de inúmeros projetos que visavam fomentar um novo plano urbanístico para a região e operar a lógica das grandes construtoras que vinham em crescente na cidade. A partir disso, a derrubada do Cais José Estelita e consolidação do Projeto Novo Recife é emblemática pois demonstra a consolidação de um projeto

urbanístico, que é apenas parte de um fenômeno maior que promove a desigualdade e afasta as pessoas da cidade.

Como citado no capítulo II, diversas obras pavimentaram espaço para construção do Projeto Novo Recife como parte de um processo ainda maior. Sendo assim, é preciso compreender e reconhecer os valores históricos- arqueológicos dos quais o Cais José Estelita é detentor e a importância de sua preservação para perpetuação da história da cidade.

Sendo assim, a luta pela preservação do Cais José Estelita não está somente ligada a simples salvaguarda de construções e espaços isolados e desconectados de um contexto. A paisagem do Cais José Estelita está associada a diversos monumentos históricos-arqueológicos uma vez que está em um bairro histórico da cidade, portanto preservar suas estruturas é preservar a paisagem histórica da cidade.

Para alcançar os objetivos específicos de análise da atuação do movimento e sua estratégia de comunicação, utilizou-se, primeiramente, da disposição cronológica das publicações e buscou-se através das recorrências entender como o grupo se organizou e pautou as lutas em cada ano. Além disso, o movimento sempre se colocou como dinâmico e atuante nas ruas, provendo a ocupação do Cais José Estelita e promovendo atividades no espaço, apontando alternativas para o local com contribuições das mais diversas camadas da sociedade.

As mídias hegemônicas tiveram papel fundamental de propaganda do Projeto Novo Recife, uma vez que contribuíram ativamente em seu favor, cabe mencionar a ligação intrínseca de alguns veículos com grandes construtoras, a exemplo do Jornal do Commercio que investe no mercado imobiliário. Apesar das dificuldades, o movimento buscou alternativas de contra resposta para disputar a opinião pública em defesa do Cais José Estelita.

Os debates sobre a defesa do patrimônio marcaram toda a trajetória do movimento, tornando-se uns dos principais argumentos para impedir o avanço do Projeto Novo Recife, entretanto a arqueologia e o debate arqueológico pouco esteve presente nas discussões do movimento. Entretanto, a arqueologia teve papel fundamental por vias institucionais, cumprido em determinados momentos a função de reafirmar o Cais José Estelita como importante patrimônio para a memória da cidade do Recife.

Entretanto, apesar de ter um papel importante em determinados momentos, o debate arqueológico pelas vias institucionais mostrou-se limitado em diversos momentos e em muitas vezes subordinado e acrítico ao Projeto Novo Recife e, consequentemente, a destruição do patrimônio. As atividades de arqueologia neste sentido mostram-se limitadas e não possuem relevância a ponto de impedir as obras. As atividades de educação patrimonial também cumprem um papel limitado pois partem de ações isoladas para cumprir um requisito burocrático, sem a mínima intenção de fomentar um debate crítico.

Este trabalho não pretende exaurir o tema, mas discutir um viés ainda pouco debatido na arqueologia. No mais, esta pesquisa também se apresenta como um convite a todos profissionais e estudantes de arqueologia a se inserirem nos movimentos sociais e utilizar dos seus conhecimentos para transformar a realidades, por diversos tempos a arqueologia foi usada para validar teorias racistas e justificar ações imperialistas em todo mundo. Por fim, cabe a nós, nova geração de arqueólogos e arqueólogos, utilizar do conhecimento da disciplina para reafirmar os direitos e autodeterminação dos povos a construir uma arqueologia cada vez mais inserida nos debates do nosso tempo.

REFERÊNCIAS

Ação Civil Pública. nº 2451, 2013, p. 10.

ALBUQUERQUE, M. **Sinagoga Kahal Zur Israel: retornando à vida do Recife**. Revista de Arqueologia Americana - Instituto Pan-americano de Geografia e História, vol. 22: 63-79, 2003.

AMSAY, P. & SCHOOMBRODT, R. (Dirs.) ***Penser la ville****. Choix de textes philosophiques. Bruxelles, Aux Archives d'Architecture Moderne, 1989.*

ANDRADE, E. **A imprensa classe média**. Direitos Urbanos. Recife, 03 jun. 2014. Disponível em: https://direitosurbanos.wordpress.com/2014/06/03/a-imprensa-classe-media/. Acesso em 15/08/2022.

ANDRADE, E. **Democracia na rua: Ocupe Estelita**. Direitos Urbanos. Recife, 07 mai. 2015. Disponível em: https://direitosurbanos.wordpress.com/2015/05/07/democracia-na-rua-ocupe-estelita/. Acesso em 10/08/2022.

ANICHINI, F.; BINI, M.; FABIANI, F.; GATTIGLI, G.; GIACOMELLI, S.; GUALANDI, M.L.; PAPPALARDO, M. & SARTI, G. ***Definition of the Parameters of the Archaeological Potential of an Urban Area***. MapPapers, vol. 2: 47-49, 2001.

APARICIO R., R. ***Arqueología urbana de Guatemala. II Simposio de Investigaciones Arqueológicas en Guatemala.*** Guatemala, Museo Nacional de Arqueología y Etnología, 1991.

ARAÚJO, A. G. M. **A arqueologia como paradigma de ciência histórica e interdisciplinar**. Estudos Avançados - Institutos de Ensinos Avançados da Universidade de São Paulo, *[S. l.]*, v. 32, n. 1, p. 46–71, 2018. DOI: 10.1590/s0103-40142018.3294.0019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/xGkZbtDGnr35L3C9rNdCYHL/?lang=pt. Acesso em 05/07/2022.

ARRUDA, DE FÁBIO PEIXOTO. **A especulação imobiliária e o ecologismo dos pobres: O caso do bairro do Pina - Recife (PE).** 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

ATTON, C. ***Alternative Media****. London: Sage Publications*, 2002.

AZEVEDO, Ana Paula da Silva. **A urbanização como estratégia do biopoder e a resistência dos movimentos sociais urbanos: entre Movimento #Ocupe Estelita e novos**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica. Coordenação Geral de Pós-graduação. Mestrado em Direito, 2017.

BAHIA, Alexandre. **Fim de uma era: Breve comentários sobre um parecer técnico. Direitos Urbanos**. Recife, 27 nov. 2012. Disponível em: https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/11/27/fim-de-uma-era-breve-comentarios-sobre-um-parecer-tecnico/. Acesso em: 20/08/2022.

BARBOSA, David Tavares. **Novos Recifes, Velhos Negócios. Política da paisagem no processo contemporâneo de transformações da Bacia do Pina – Recife/PE: uma análise do Projeto Novo Recife**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, R. L. **Patrimônio Arqueológico**. In: Dicionário de Direitos Humanos, 2006. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki index.php?page=Patrim%C3%B4nio+arqueol%C3%B3gico> Acesso em: 16 de julho de 2022.

BENAVIDES, O. ***Returning to the source: Social Archaeology as Latin American philosophy****. Latin American Antiquity*. Vol. 12, n. 4, dez. 2001.

BEZERRA DE ALMEIDA, Marcia. **O australopiteco corcunda: As crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
BLANTON, R.E. ***Houses and households: A comparative study****. Plenum, New York*. 1994.

CAINO, Jonathan Santos. **Arqueologia e Memória: por um passado mais inclusivo para o Município de Cruz Alta, RS**. Anais Eletrônicos do Encontro Estadual de História/ANPUH-RS, 10, 2010. Porto Alegre. Disponível em: http://eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1279507103_ARQUIVO_ArqueologiaememoriaPorumpassadomaisinclusivoparaomunicipiodeCruzAlta,RSJonathanCaino.pdf. Acesso em: julho de 2022.

CALANDRO. THIAGO LUIZ. **Memória e identidade em Jaguariaíva, Paraná: Contribuição a cartografia escolar**. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015.

CALDERÓN, F., JELIN, E. "**Classes sociais e movimentos sociais na América Latina – perspectiva e realidade**" in Revista Brasileira de Ciências Sociais nº5. 1987.

CANDAU, Joël**.** ***Memoria e Identidad***. Buenos Aires: Ediciones del Sol, 2001.

CARIA, T**. "Da análise do protesto colectivo aos Movimentos Sociais (comentário crítico)"** in Revista Crítica de Ciências Sociais. nº 54, 1999.

CARNEIRO, Carla Gibertoni. **Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: Uma proposta para Amazônia**. Tese (Doutorado). Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHABOT. Georges**. *Les Villes. Aperçu de géographie humaine***. Paris, A. Colin. 1958.

CHAGAS, Mário. **As oficinas educativas do Museu Casa de Rui Barbosa, patrimônio cultural, memória social e museu: estímulos para processos educativos**. In: Jornada Museológica: notícias sobre museus-casas. Papéis Avulsos nº 43. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002, p. 31-49.

CHOAY, F. **O Urbanismo. Perspectiva**, São Paulo. 1998.

CIRENO, M. **Ocupa ou desocupa - O último suspiro do Cais José Estelita?.**Direitos Urbanos. Recife, 16 Abr. 2012. Disponível em: https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/16/ocupa-ou-desocupa-o-ultimo-suspiro-do-cais-jose-estelita/. Acesso em 10/08/2022.

CISNEIROS, L. **Algumas considerações sobre o Projeto Novo Recife**. Direitos Urbanos. Recife, 28 Mar. 2012a. Disponível em: https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/03/28/algumas-consideracoes-sobre-o-projeto-novo-recife-v-1-0/. Acesso em 10/08/2022.

CISNEIROS, L. **Ocupe Estelita discute Direitos Urbanos**. Direitos Urbanos. Recife, 08 abr. 2012b.Disponível em: https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/08/dp-ocupeestelita-discute-direitos-urbanos/. Acesso: 10/08/2022.

COLARES, JULIANA. **Ativistas pró-Recife saem do sofá**. Diário de Pernambuco. Recife, 30 out. 2012. Disponível em: https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/10/01/diario-de-pernambuco-destaca-novos-movimentos-sociais-organizados-pela-internet/. Acesso em 15/08/2022.

CONZEN, M. P. ***The study of urban form in the United States****. Urban Morphology,* vol. 5, 3-14. 2001.

CÔRTEZ, Eduardo. **Da Great Western ao metrô do Recife**. Recife: Persona, 2004.
COSTA, D. M. **Mundos Virtuais: Uma Proposta de Teorização Sobre a Prática das Simulações Computacionais na Arqueologia**. Jornal de História da Arte e Arqueologia, vol. 18, 29-46. 2012.

COSTA, D. M. **O urbano e a Arqueologia: uma fronteira transdisciplinar**. Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 46–71, 2014. DOI: 10.31239/vtg. v8i2.10593. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/11832. Acesso em: 29 jun. 2022.

COVER, K.; DOWMUNT, T.; FOUNTAIN, A. The Alternative Media Handbook. London and New York: Routledge, 2007.

CUNHA, Ernesto Antonio Lassance. **Estudo Descriptivo da Viação Férrea do Brasil**. Rio de Janeiro: Impressa Nacional, 1909.

DICKENS, R.S. & BOWEN, W.R. **Problems and Promises in Urban Historical Archaeology: The MARTA Project**. Historical Archaeology, vol. 14, 1980.

Direitos Urbanos. **Carta em defesa do Cais José Estelita. Nossa paisagem, Nosso Patrimônio**. Recife, 18 abr. 2012a. Disponível em: https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/18/cartapatrimonio/. Acesso em 20/08/2022.

Direitos Urbanos.**Prefeitura tenta aprovar Projeto Novo Recife no fim do mandato**. Recife, 23 Nov. 2012b. Disponível em: https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/11/23/prefeitura-tenta-aprovar-projeto-novo-recife-no-final-do-mandato/. Acesso 18/08/2022.

DOMÍNGUEZ, L. & FUNARI, P.P.A. ***La Arqueología Urbana en América Latina: el caso de Habana Vieja, Ciudad Arqueológica***. Estudos Ibero-Americanos, vol. 28, 113-124, 2002.

DUNNELL, R. C. ***Is a scientific archaeology possible?*** *In: EMBREE, L. Metaarchaeology. Dordrecht: Springer Netherlands*, 1992. p.75-97.

FERNANDES, Tatiana Costa. **Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre arqueologia pública no Brasil**. (Dissertação do Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

FILHO, I. M. **A serviço do progresso: semióforo, ideologia e sobre como o Jornal do Commercio tornou-se porta-voz do Consórcio Novo Recife**. Direitos Urbanos. Recife, 07 out. 2013. Disponível em: https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/10/07/a-servico-do-progresso-semioforo-ideologia-e-sobre-como-o-jornal-do-commercio-tornou-se-porta-voz-do-consorcio-novo-recife/. Acesso em 20/08/2022.

FUCHS, C*. **Alternative Media as Critical Media**. European Journal of Social Theory*, 13 (2), 173-192, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1177/1368431010362294.

FUNARI, P. P. A. **Arqueologia no Brasil e no Mundo: origens, problemáticas e tendências**. Ciência e Cultura, Vol. 65, pp.23-25, São Paulo, SP, Brasil, 2013.
FUNARI, P. P.; FUNARI, R. dos S. Educação Patrimonial: teoria e prática. In: SOARES, A. L. R.; KLAMT, S. C. (Orgs.) Educação Patrimonial: teoria e prática. Santa Maria: Editora da UFSM, p. 11-21. 2007.

G1 Pernambuco. **No Recife, Iphan embarga demolição de armazéns no Cais José Estelita**. Recife, 22 mai. 2014. Disponível em:

https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/05/no-recife-iphan-embarga-demolicao-de-armazens-no-cais-jose-estelita.html. Acesso em 29/08/2022.

GRAMISCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
HILLIER, B. & HANSON, J. ***The social logic of space****. Cambridge University Press, Cambridge*. 1984.

HILLIER, B. ***Space is the machine****. Cambridge University Press*, Cambridge. 1996.
KIRZNER, Beatriz Carvalheira. **Caos no Cais: Projeto Novo Recife e a Subversão do Patrimônio Cultural Recifense**. Trabalho Final de Graduação – Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2021.

IPHAN. **Instrução Normativa (2015)**, Capítulo III - DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, Art. 46, § 4º. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf. Acesso 24/10/2022.

LEFEBRVE, Henri. **A revolução Urbana**. Centauro. São Paulo, 1970.

LEFEBRVE, Henri. **O direito à cidade**. Centauro. São Paulo, 1968.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La Production de L'Espace. 4. ed. Paris: Ed. Anthropos, 2000). 2006.

LEFEBVRE, Henri. ***De lo rural a lo urbano***. 4ª ed. Barcelona: Ediciones península, 1978.

LEMOS, F.S. & MARTINS, M. **Arqueologia Urbana em Portugal**. Revista Penépole, 1992.

LENCIONI, SANDRA. **Observações sobre o conceito de cidade e urbano**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 24, pp. 109 - 123, 2008.

LINS, C. L; MOREIRA, G, C**. Parecer Jurídico sobre as irregularidades do processo sobre o Novo Recife na Prefeitura**. Direitos Urbanos. Recife, 20 dez. 2012. Disponível em: https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/01/28/parecer-juridico-sobre-a-irregularidade-do-novo-recif/. Acesso em: 20/08/2022.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Projeto História – PUC-SP. São Paulo: nª 17 p. 66-105, 1998.

LYMAN, R. L.; O´BRIEN, M. J. ***The goals of evolutionary archaeology: History and explanation***. Current Anthropology, v.39, p.615-52, 1998.

MAIA, B. **Os tubarões e a importância do Ocupe Estelita**. Direitos Urbanos. Recife, 16 Abr. 2012. Disponível em: https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/16/os-verdadeiros-tubaroes-e-a-importancia-do-ocupe-estelita/. Acesso em 10/08/2022.

MARCONDES, Ana Claudia Jorge. **Sedimentologia e morfologia da Bacia do Pina, Recife-PE**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Tecnologias e Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geociências, 2009.

MARTINS, M.R. & FRANCO, M.D.C.. **A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades**. Conselho Cultural da Universidade do Minho, 2010.
MARX, K. Prefácio para crítica da economia política - Os pensadores. São Paulo. Nova Cultura, 1991.

MELUCCI, A. ***Acción Colectiva, Vida Cotidiana y Democracia***. Centro de Estudos Sociológicos, El Colégio de México: México, 1999.

MONTARDY, Lisandra Hernandéz. **Diagnóstico Sociocultural do Patrimônio Arqueológico nos Municípios de Narandiba, Presidente Prudente e Iepê, São Paulo, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2019.

MOSCOSO, LINA. **Modelo de produção das mídias alternativas como saídas democráticas para desinformação**. Revista Observatório, Palmas, v. 6, n. 6, p. 1-24, out-dez. 2020.

NASCIMENTO, A; BERNARDES, D. **AS PESSOAS FAZEM POLÍTICA CULTURAL? O CAIS JOSÉ ESTELITA**. Políticas Culturais, 2015. Disponível em https://www.yumpu.com/pt/document/view/45665159/as-pessoas-fazempolatica-cultural-o-cultura-digital. Acesso em 09 de setembro de 2022.

O vazio em torno do Cais. Jornal do Commercio. Recife, 6 de Abril de 2012.
OLIVEIRA, CESAR FELIPE DA SILVA. **A intensidade do presente no Cais José estelita: passado rememorado e futuro prospectado**. Dissertação (Mestrado Psicologia Cognitiva) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

OLIVEIRA, Luiz Carlos Rocha De. **Educação Patrimonial e apropriação do patrimônio cultural: Estudo de Caso do Município de Duque de Caxias**. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal Fluminese. Niterói, p. 64. 2020.

PARDI, M.L.F. **Arqueologia Urbana: Alguns Aspectos da Prática na França**. V encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira. SAB-Sul, Rio Grande, 2006.

Parecer Técnico Complementar “**Pátio Ferroviário das Cinco Pontas: significância cultural e preservação da memória ferroviária**” apud Ação Civil Pública nº 2451, 2013, p. 14.

PEREIRA, P. C. X. P. **Cidade: sobre a importância de novos modos de falar e pensar as cidades**. In: Bresciani, Maria Stella. Palavras da Cidade. Porto Alegre; UFRGS, 2001, p. 261-284.
POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

QUEIROZ, V. L. **O falso progresso**. Direitos Urbanos. Recife, 07 abr. 2012. Disponível em: https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/07/o-falso-progresso/. Acesso em: 10/08/2022.

RAPOPORT, A. ***The meaning of the built environment: A nonverbal communication approach***. University of Arizona Press, Tucson. 1990.

RECIFE. Leis Municipais. LEI Nº 17.511/2008. PROMOVE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DO RECIFE. Disponível em: https://licenciamento.recife.pe.gov.br/sites/default/files/2008%20-%20Plano%20Diretor%20Lei%20n%C2%BA%2017511.08.pdf. Acesso em 14 de fev. 2022.

REGO, R.L.; MENEGUETTI, K. S. A respeito de morfologia urbana. Tópicos básicos para estudos da forma da cidade. Acta Scientiarum. Technology, vol. 33, 123-127. 2011.

RENFREW, C. ***Geography, archaeology and environment.*** *The Geographical Journal,* v.149, p.316-33, 1983.

RICOEUR, P. ***Memory, history, forgetting***. *University of Chicago Press*, Chicago. 2004.

SANTOS, A. D. A. C. D; PINTO, B. M. A. D. S; NUNES, Thiago Calsa. Cais em disputa: **Estudo comparado do Estelita e Mauá à luz da legislação urbanística e municipal**. Anais do XVII ENANPUR: Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional?, São Paulo, v. 1, n 17, p. 1-20, 2017.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos; LAGE, Claudia. Salvem **Estelita! Patrimônio cultural do Brasil em risco**. Vitruvius, 21/01/2021. Disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.248/8001. Acesso em: março de 2021.

SANTOS, M. C. **Termina embargo do Iphan que impedia demolição do Cais José Estelita**. Direitos Urbanos, Recife, 23 mar. 2019. Disponível em: https://normas-abnt.espm.br/index.php?title=Recursos_virtuais#:~:text=Modelo%20de%20Refer%C3%AAncia,ano%20do%20post. Acesso em: 29/03/2022.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo, Hucitec. 1993.

SCHERER-WARREN, I. **Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1. 2006.

SCHERER-WARREN, I**. Movimentos Sociais**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1987.

SCHUMM, S. A. ***To interpret the earth: ten ways to be wrong***. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

SILVA, Livia Blandina De Araujo. **Arqueologia Pública no Seridó Potiguar: Uma análise dos trabalhos realizados no município de Carnaúba dos Dantas - RN**. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 25. 2011.

SMITH, M. E. **Empirical Urban Theory for Archaeologists**. Journal of Archaeological Method and Theory, vol. 18, 167-192. 2011.

SPÓSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

STASKI, E**. Advances in Urban Archaeology. In Schiffer, M.B**. (ed.), Advances in Method and Theory in Archaeology. Academic Press, New York, 1982.

SYMANSKI, L.C.P. **Arqueologia de Contrato em Meio Urbano no Brasil: Algumas Reflexões**. Habitus, 2003.

THOMPSON, J. **Mídia e modernidade: uma teoria social da mídia**. São Paulo: Vozes, 2013.

TOCCHETTO, F. & THIESEN, B. **A Memória Fora de Nós: A Preservação do Patrimônio Arqueológico em áreas urbanas**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Dossiê: Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Org. Tania A. Lima, vol. 37, 2007.

TRIGGER. Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. Odysseus Editora. São Paulo, 2004.

UNESCO. *Centro de Información de las Naciones Unidas*. ***Convención sobre la Protección del Patrimonio Mundial Cultural y Natural***. 1972. Disponível em: < http://www.cinu.org.mx/eventos/cultura2002/doctos/conv.htm> Acesso em: 16 jul. 2022.

VIENNI, B. P***atrimonio arqueológico de Uruguay: propuesta para el análisis de un concepto***. Granada. Editorial de la Universidad de Granada, 2010.

WATSON, P. J.; LEBLANC, S. A.; REDMAN, C. L. ***Archaeological explanation: the scientific method in archaeology***. New York: Columbia University Press, 1984.

WEBER. Max. The City. New York, The Free Press, 1958.

WIRTH, Louis. **O Urbanismo como modo de vida**. in Pierson, D. (ed.) Estudos de Organização Social. São Paulo, Martins, 1970.

ZARANKIN, A. **Paredes que domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista: o caso de Buenos Aires**. UNICAMP/FAPESP, Campina, 2022.

ZUKIN, Sharon. ***Gentrification: Culture and Capital in the Urban Core***. *Annual Review of Sociology*, v. 13, p. 129-14, 1987.

APENDICE

Data	Título da matéria	Autor
07 de maio de 2015	Democracia da rua: Ocupe Estelita	Érico Andrade
11 de abril de 2015	Carta do Direitos Urbanos à Câmara municipal sobre o Plano Urbanístico para o Estelita (PLE nº 08/2015)	Grupo Direitos Urbanos
30 de março de 2015	Direitos urbanos: a luta em rede	Érico Andrade
16 de novembro de 2014	Congela Prefeito	Cristina Gouvêa
04 de novembro de 2014	Representação do MPPE sobre a audiência sobre o Projeto Novo Recife	Leonardo Cisneiros
30 de agosto de 2014	A alergia da PCR à participação popular - Relato da reunião do ConCidade de 29.08.2014	Leonardo Cisneiros
23 de junho de 2014	Um novo mundo nasce no Recife, debaixo de um viaduto	Felipe Melo
23 de junho de 2014	Sobre a acusação de partidarização do #OcupeEstelita	Leonardo Cisneiros
18 de junho de 2014	Cais José Estelita: a Democracia em Estado de Sítio	Érico Andrade
05 de junho de 2014	Em Pernambuco, nada mais subdesenvolvido que o "Novo Recife"	Pablo Holmes
03 de junho de 2014	A imprensa classe média	Érico Andrade
01 de junho de 2014	O horizonte vertical ob-scenus: A ameaça de destruição de uma paisagem-postal no coração do Recife	Lúcia Maria de S. Cavalcanti Veras
28 de maio de 2014	Sobre a dimensão ecológica do Ocupe Estelita	Felipe Melo
27 de maio de 2014	O que a luta pelo direito à cidade tem a ver com o Ocupe Estelita	Pedro César Josephi
24 de maio de 2014	Democracia viva: por que ocupar o Estelita?	Érico Andrade
22 de maio de 2014	Nota dos ocupantes sobre o #ocupeestelita	Militantes do Movimento Ocupe Estelita

23 de março de 2014	Qual o problema da verticalização?	Leonardo Cisneiros
07 de outubro de 2013	A serviço do progresso: semióforo, ideologia e sobre como o Jornal do Comércio tornou-se porta voz do Consócio Novo Recife	Ivan Moraes Filho
23 de setembro de 2013	Nota coletiva de associações, coletivos e identidades do Recife sobre o Projeto Novo Recife	Nota Coletiva
25 de abril de 2013	#OcupeEstelita +1 - 28 de abril de 2013	Movimento Ocupe Estelita (chamado)
22 de abril de 2013	A opinião do próprio Engenheiro José Estelita sobre a preservação do Patrimônio Histórico	José Estelita
02 de abril de 2013	Biodiversidade e as cidades: O que isso tem a ver com o "Novo Recife"?	Felipe Melo
30 de março de 2013	Entrevista sobre o DU e a lei de acesso à informação	Entrevista o blog do Carta Capital
21 de fevereiro de 2013	Como tornar o Projeto Novo Recife ainda mais inaceitável?	Leonardo Cisneiros
15 de fevereiro de 2013	Várias audiências discutirão o Projeto Novo Recife e outros empreendimentos nas próximas semanas	Leonardo Cisneiros
07 de fevereiro de 2013	Câmara dos Vereadores convoca Audiência Pública sobre o Novo Recife para março	Leonardo Cisneiros
28 de janeiro de 2013	Primeiros passos do projeto Novo Recife na gestão Geraldo Júlio	Leonardo Cisneiros e Cristina Gouvêa
28 de janeiro de 2013	Parecer Jurídico sobre as irregularidades do processo sobre o Novo Recife na Prefeitura	Liana Cirne Lins e Cristina Gouvêa
11 de janeiro de 2013	Faltam argumentos e sobra desespero aos defensores do Projeto Novo Recife	Edilson Silva
30 de dezembro de 2012	Esclarecimento sobre o Projeto Novo Recife Por Belize Câmara	Belize Câmara
28 de dezembro de 2012	Nota sobre a aprovação forçada	Nota de coletivos e

	do Projeto Novo Recife no Conselho de Desenvolvimento Urbano	organizações
24 de dezembro de 2012	Suspensão da segunda reunião do CDU que tentava aprovar o Projeto Novo Recife ainda em 2012	Cristina Gouvêa
22 de dezembro de 2012	Texto da Ação Popular contra a reunião do CDU sobre o Novo Recife	Liana Cirne Lins
06 de dezembro de 2012	A falácia do "É melhor do que nãofazer nada" e o custo de oportunidade do Novo Recife	Leonardo Cisneiros
03 de dezembro de 2012	Relato da reunião do CDU sobre o Novo Recife	Liana Cirne Lins, Fernando Fontanella e Belize Câmara
1 de dezembro de 2012	CENDHEC publica carta em apoio à mobilização sobre o Cais José Estelita, pedindo veto ao Projeto Novo Recife no CDU	Nota pública do CENDHEC
28 de novembro de 2012	O despreparo e destempero de João da Costa	Leonardo Cisneiros
27 de novembro de 2012	Fim de uma era: breve comentários sobre um parecer técnico	Alexandre Bahia
26 de novembro de 2012	Ocupe Prefeitura: Participe você também!	Eduardo Amorin
23 de novembro de 2012	Prefeitura tenta aprovar Projeto Novo Recife no final do mandato	Leonardo Cisneiros
1 de outubro de 2012	Clipping: Diário de Pernambuco destaca novos movimentos sociais organizados pela internet	Juliana Colares
7 de junho de 2012	Recife: crescimento urbano e ausência de leis - comentários ao editorial do JC	Leonardo Cisneiros
13 de maio de 2012	Resposta à matéria publicada na Folha de São Paulo 13.05.2012 sobre o projeto Novo Recife e o #OcupeEstelita	Cristina Gouvêa
13 de maio de 2012	O "Ocupe Estelita" e o direito à cidade: Afinal, de que lado estamos	Pablo Holmes
11 de maio de 2012	#OcupeEstelita12M	Mariana Moreira

07 de maio de 2012	#OcupeEstelita	Cristina Gouvêa
26 de abril de 2012	Patrimônio e cidade em debate: para além do tombamento	Julya Vasconcelos
25 de Abril de 2012	Sobre a entrega da carta do Direitos Urbanos aos órgãos de patrimônio em defesa do Cais José Estelita	Cristina Gouvêa
24 de abril de 2012	Ativistas do Direitos Urbanos explicam por que são contra o Novo Recife	Leonardo Cisneiros e Cristina Gouvêa
21 de abril de 2012	Ocupa Estelita: política e moralismo	Érico Andrade
20 de abril de 2012	#OcupeEstelita continua	Maira Acioli
18 de abril de 2012	Carta em defesa do Cais José Estelita. Nossa Paisagem, nosso patrimônio	Cristina Gouvêa
18 de abril de 2012	Novo Recife, Velha mentalidade	Aluízio Câmara
16 de abril de 2012	Ocupa ou desocupa - O último suspiro do Cais José Estelita?	Marília Cireno
16 de abril de 2012	Os verdadeiros tubarões e a importancia do Ocupe Estelita	Bruno Maia
16 de abril de 2012	Apresentação do projeto urbanístico Recife-Olinda	Maira Acioli
16 de abril de 2012	Um belo dia de domingo	Ivan Moraes
16 de abril de 2012	Uma ocupação horizontal	Chinaman
16 de abril de 2012	Recife, a nova bagdami: uma mistura Bagdá com Maimi	Maira Acioli
16 de abril de 2012	Recife é a cidade mais provinciana em linha reta do mundo	Maira Acioli
16 de abril de 2012	#ocupeisemsaber	Eduardo Amorim
13 de abril de 2012	Carta aberta do #OcupeEstelita para reunião preparatória da Rio/Clima (Rio+20)	Carta do Movimento Ocupe Estelita
11 de abril de 2012	#OcupeEstelita 1	Movimento Ocupe Estelita
11 de abril de 2012	Clipping: reportagens de grandes veículos da impressa pernambucana sobre o estelita	Clipping
08 de abril de 2012	Ocupe Estelita discute direitos	Leonardo Cisneiros

	urbanos	
08 de abril de 2012	Mobilização sem jogo político	Matéria publicada no caderno Bem Viver
07 de abril de 2012	O falso progresso	Leon Victor de Queiroz
07 de abril de 2012	Clipping JC - Editorial JC: O vazio em torno do Cais	Clipping Jornal do Comércio
07 de abril de 2012	FAQ - Projeto Novo Recife	Militantes Direitos Urbanos Recife
04 de abril de 2012	Histórico do Projeto Novo Recife e outras propostas	Leonardo Cisneiros
03 de abril de 2012	Clipping Jornal do Comércio - Novo bairro no Cais José Estelita acende polêmica	Clipping Jornal do Comércio
28 de março de 2012	Sobre o projeto Novo Recife	Militantes Direitos Urbanos Recife
28 de março de 2012	Fala do Prof. Tomaz Lapa (UFPE) na Audiência Pública sobre o Novo Recife	Tomaz Lapa
28 de março de 2012	Algumas considerações sobre o Projeto Novo Recife	Leonardo Cisneiros